



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 35

Sessão Extraordinária Novembro

Sessão em 13/11/2015

Aos treze dias do mês de Novembro do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, na qualidade de Primeiro Secretário e pela Sucedânea Maria Leonor Nunes dos Reis, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Miguel António Costa Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, António dos Santos Costa, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta Sessão faltou o vogal Henrique Manuel Morais Diz.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola (chegou às 21:00 horas), e os Vereadores Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, João Francisco Carvalho Sousa, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Continuando, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão da Primeiro Secretário da Mesa Maria José Teixeira de Moraes Afonso França pela sucedânea Maria Leonor Nunes dos Reis, e dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Anabela de Almeida Saraiva, e Rita Alexandra Monteiro Baptista.⁰⁰²

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins e Henrique da Rocha Vieira, se

fizeram substituir nesta reunião da sessão, por Silvestre Paiva da Silva e Júlio Vasconcelos de Oliveira, respectivamente.

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “Ordem-do-Dia” constante da Convocatória para esta Sessão Extraordinária de Novembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de abertura de novo procedimento de Concurso Público Internacional para a "Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviço Público Fluvial de Passageiros e Viaturas e do Centro Coordenador de Transportes";

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de taxa de IMI para 2016;

Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de Derrama para 2016;

Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS 2016;

Ponto 5 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2016;

Ponto 6 - Apreciação e votação da Transmissão para o Município de Aveiro, a título gratuito, de várias parcelas de terreno a integrar no domínio público municipal, na Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e Freguesia de Eixo e Eirol (Via de acesso à UTMB);

Ponto 7 - Apreciação e votação da proposta de Alteração da titularidade do contrato n.º 1330069, de 22/12/2003, no âmbito da liquidação por transmissão global de ativo e passivo e extinção da empresa Teatro Aveirense, Lda – em liquidação.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de abertura de novo procedimento de Concurso Público Internacional para a "Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviço Público Fluvial de Passageiros e Viaturas e do Centro Coordenador de Transportes".

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁴

“Este ponto da ordem de trabalho deriva de duas circunstâncias. A primeira da Câmara anulara o procedimento concursal. E anular por impossibilidade de adjudicar. Tivemos duas propostas e nenhuma das duas propostas cumpria o caderno de encargos e as exigências processuais completas. Uma delas em questões particularmente básicas e nomeadamente a documentos exigíveis e uma segunda que além de um defeito básico que foi entrar meia hora

depois do prazo também tinha um problema ligado à falta de estudo prévio de arquitetura do Centro Coordenador de Transportes. Portanto por questões particularmente óbvias e processuais. Portanto não foi sequer preciso analisar a substancia das propostas porque por questões processuais elas não poderiam ser consideradas, a decisão era particularmente simples.

No entanto, mantendo esta opção política de seguir este caminho, entendemos, embora tivéssemos legalmente outros mecanismos, entendemos que devíamos introduzir alguns ajustamentos no caderno de encargos e lançar um segundo procedimento.

Esses ajustamentos são quatro e resultaram da análise das duas propostas que foram entregues, nomeadamente de uma das duas, que é de uma empresa enfim importante, de um operador importante no nosso país. A outra não. É de um operador não relevante. Mas também de conclusões, de conversas, de diligências que tivemos, com outras empresas que não vieram ao concurso por considerarem que as exigências do caderno de encargos não permitiam a apresentação de uma proposta, obviamente nos parâmetros de rentabilidade que cada uma das empresas tem – e obviamente essa parte a nós não respeita.

E portanto de toda essa análise tomámos esta decisão de colocar quatro ajustamentos no caderno de encargos para lançar este segundo procedimento.

O primeiro desses ajustamentos é a alteração do valor máximo de financiamento por quilómetro, naquilo que respeita aos transportes rodoviários. Passando esse valor que era na primeira versão do caderno de encargos era de 50 cêntimos por quilómetro para 60 cêntimos por quilómetro. Portanto entendemos colocar aqui um ajustamento para poder aumentar a atratividade do concurso. Pois esse é um objetivo claro que assumimos.

Segunda alteração, tinha a ver com uma alteração que o primeiro caderno tinha que era a não participação dos quilómetros em vazio. Portanto os quilómetros feitos em vazio ao início do dia, os autocarros saem do centro de operações para o início das carreiras nas zonas periféricas e no final do dia quando a última carreira acabou na periferia e há a deslocação para o centro de operações. E o ajustamento que fizemos foi pagar, incluir nos quilómetros financiados pelo tal 60 cêntimos, valor máximo, o início das carreiras. Portanto uma das metades dos quilómetros em vazio, as do início das operações, nós decidimos incluir nos quilómetros financiados para também por aqui aumentar a atratividade do concurso.

Estes dois ajustamentos têm um valor de cerca de 70 mil euros cada uma ano. E portanto temos boa consciência da sua importância na estrutura financeira das propostas.

Uma terceira alteração é muito importante para as empresas. Foi seguramente das notas mais críticas e de maior envergadura financeira que auscultamos do mercado. Tem a ver com os mecanismos que tínhamos definido sobre o procedimento do destino final das embarcações e dos autocarros no fim da concessão. Portanto no fim da concessão no caderno de encargo base todo o material era do concedente e aquilo que fizemos agora foi um exercício para alterar essa opção, mantendo isso na mão do concessionário e, naquilo que poderá vir a ser para nós um custo das amortizações do equipamento que venhamos a ter no fim da concessão, nós geriremos depois obviamente, daqui a quinze ou vinte anos se verá, a colocação desse custo nas obrigações de gestão do concessionário que vier a substituir o primeiro. Portanto esta é uma operação que tem impacte financeiro na estrutura de custos dos candidatos a concedentes, não tem impacto financeiro na nossa estrutura de custos.

Quarta e última alteração. Tem a ver com a estimativa de custos para o investimentos no Centro Coordenador de Transportes. Passámo-lo de 500mil para 400 mil euros. O projeto é o mesmo, não há qualquer alteração, apenas no caderno de encargos um tínhamos usado os chamados preços de projeto e aquilo que determinamos foi usar valores de adjudicação. Aqueles valores que o mercado nos tem dito que está a usar e que permite esta redução de vinte por cento. No fundo é aquilo que vemos quando lançamos concursos e depois quando adjudicamos em regra andamos com valores inferiores em intervalos entre os quinze e os

trinta por cento e às vezes mais dependendo das tipologias das operações. Portanto estas são as quatro nuances que tem o caderno de encargos de hoje, aquele que está aqui em causa em relação ao primeiro. E isto transforma a nossa perspectiva de ganho financeiro, de reduzirmos o défice da operação dos nossos transportes de 1,4 milhões para 1,2 milhões de euros. E portanto é uma redução do nosso ganho, mas obviamente mantendo o ganho num patamar muito relevante de 1,2 milhões por ano é um ganho financeiro muito relevante. E portanto estas são as notas de alteração que este caderno de encargos tem. Embora tudo o resto pode ser discutido como já discutimos. Mas a opção política do modelo obviamente discutimo-la com profundidade e dou essa questão como tratada. Estão obviamente ao dispor para o debate qualquer que seja ou o que bem entendam, mas aqui queria evidenciar aquelas que são as alterações do novo caderno de encargos em relação ao caderno de encargos do concurso que acabamos de anular. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Presidente de Junta de Freguesia João Carlos Rodrigues Morgado.)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[005](#)

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados, Exmo. Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

Nesta intervenção não se pretende voltar a frisar todos os conteúdos de aspecto político e ideológico que conformam a opinião do PCP de que este serviço deveria ser publico, deveria manter-se publico e não deveria ser privatizado ou concessionado ou de outra forma.

Contudo não deixamos de apreciar aquilo que está hoje aqui na mesa. E antes de fazer uma apreciação àquilo que é proposto, cumpre recordar a Assembleia de Agosto deste ano. Na altura o PCP perguntou ao Senhor Presidente de Câmara que fará o favor de recordar, perguntou o que fazer no caso do concurso ficar deserto? Parecia que podíamos adivinhar o que poderia ai vir.

E na altura o Senhor Presidente de Câmara (eu fui ver a acta) respondeu o seguinte: “ temos plano B e C, não somos irresponsáveis. Como compreendem este não é o tempo de explicações quando estamos a aprovar o processo”.

Portanto o Senhor Presidente tinha na altura um plano B e até um C. Chegados ao dia de hoje percebemos que o plano B, percebemos, que o plano basicamente é facilitar o negócio e atirar dinheiro para cima do problema.

A realidade, tendo em conta aquilo que o Senhor Presidente disse na sua intervenção e refere e cito: “este processo desencadeia por questões processuais e não de substancia”. Ou seja, as propostas que se apresentaram nem sequer chegaram a ser revistas porque logo pela sua forma o conteúdo tornava-se inútil de apreciação. E a realidade, tendo em conta as transformações feitas no concurso, percebe-se que não terá sido bem assim. Aliás o Senhor Presidente de Câmara depois refere que com outros diálogos tidos com outros operadores no mercado, lhe apontaram o que era preciso para o negócio funcionar! E daí a pressa das tais alterações. As tais subidas de 50 para 60 centimos o quilómetro, a contabilização dos horários em vazio, as alterações na reversão de autocarros e bens, bem como a desvalorização da reabilitação do Centro Coordenador de Transportes. Enfim.

A verdade Senhor Presidente de Câmara é que este negócio, esta concessão, para não ir atrás e explicar tudo outra vez, a MoveAveiro, o que lhe fizeram, como foi tratada, a verdade é que este negócio mais uma vez representa um falhanço. Representa um falhanço, representa mais uma vez a capacidade da Câmara em resolver os problemas a uns, nomeadamente a quem está interessado na concessão mas que não quer riscos, e quer ficar com o “lombo” e não está para grandes aventuras e de facto quer o negócio certo e seguro.

Porque é aquilo que está a ser feito. É ajeitar o negócio para alguém!? De facto isto em nada corresponde aos interesses da autarquia que tão preocupada está em arrecadar receitas a todo custo aos cidadãos de Aveiro, mas para outros está sempre preparada para todo tipo de concessões nos seus negócios. Tenho dito.”

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[006](#)

“Senhor Presidente, o que nos trouxe na sua introdução não é mais nada do que dizer que vai fazer um contrato à medida. Quando as condições não são as que o privado pretende em termos de lucros, o Senhor Presidente dá o “jeitinho” e faz com que o negócio seja atrativo. Fiquei com algumas dúvidas quando disse que os ganhos que seriam de 1,4 diminuiriam para 1,2. Reduzem em quê para a autarquia? Quando estava disponível para dispor de um milhão de euros para o concessionário e que disse recentemente que esse valor iria subir, esse milhão de euros é para subtrair ao 1,2 dos ganhos da autarquia? Isso é uma questão que tem de referir.

Todas as medidas que apresenta nesta proposta são o sinal do falhanço que tem sido todo o processo que envolve a MoveAveiro. Vamos na segunda tentativa de Ribau Esteves, tivemos duas de Élio Maia, só na conta do PSD/CDS já vão quatro. Todas, em tentativas, que acabam em erro. E que no final perde o lado público e para o lado privado constitui sempre um grande jackpot. Se em Agosto era um jackpot, agora será um super jackpot.

Aumenta-se o preço pro quilómetro, passa-se a pagar percursos em vazio, os autocarros voltam a ser calculados no fim da concessão, o investimento no Centro Coordenador de Transportes que já de si era um contorno da lei para uma privatização que só se consegue por 10 anos possa ser feita por 15 mais 5. E agora a final já não é preciso tanto investimento e lá vai mais uma “borla” de 100 mil euros porque aos cofres da autarquia não faz falta. São os trabalhadores que ficam a perder e nem sabem o que lhes advém. Despedimentos, desproteção laboral, redução salarial. O caderno de encargos no que toca aos trabalhadores é zero. Para o operador privado tudo o que mercado mande, nas palavras do Senhor Presidente, cá está o Senhor Presidente para obedecer. Sempre dissemos que somos contra esta opção da concessão da MoveAveiro. Retira da esfera pública um dos pilares de uma comunidade que é o serviço de transportes públicos. Retira da esfera pública uma política de tarifário, quando sabemos que o critério para o senhor presidente é a sustentabilidade financeira que nada tem a ver com as necessidades sociais.”

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[007](#)

“Muito boa noite Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, órgãos de comunicação social.

Enfim, as soluções são sempre complicadas, mas este é realmente um dossier complexo, já sabemos. Foram já abertos vários concursos deste tipo e talvez se tenha de mudar um bocado o modelo ou o formato. Eu voltaria a colocar aqui mais uma questão sendo o Senhor Presidente da Câmara também Presidente da CIRA, que não dar mais tempo a este dossier e pensar numa modalidade à escala da Comunidade Intermunicipal. Nada disto é novo. Certamente que o pensaram. Mais tempo leva sem dúvida a mais negociação, mas talvez assim se pudesse honrar aquilo que é uma das responsabilidades fundamentais dos municípios que é realmente possibilitar a mobilidade a um preço acessível a todos e também de uma forma ampla. E a nível da Comunidade Intermunicipal porquê? Porque nós sabemos o quanto necessário seria o estarmos muito mais próximos do que são as dinâmicas dos vários concelhos. E portanto isso ligar-nos-ia a Ilhavo, Albergaria, Sever do Vouga, enfim a todos os municípios que em torno de nós tem interesses do ponto de vista das indústrias, etc.

Contudo gostaria ainda de perguntar. Sabemos que um dos fatores que pesa nisto é o serviço fluvial. Foi sempre controverso, foi sempre complicado e controverso. Qual é o óbice em podermos separar este serviço em termos negocial. Pode ser enfim pensado com os operadores que estão a operar na ria e que certamente dado que é a sua área por excelência de atividade, porque não tornar um pouco mais ambiciosos e puderem arcar com isto. Um serviço público. É lógico que não é um serviço de lazer nem turístico, mas Aveiro hoje vive muito desse turismo cultural, mas também ter esta alavanca do serviço público nos transportes até São Jacinto. Talvez isto ajudasse a resolver este dossier que é realmente complexo.

Quanto ao resto também não sei se foram aumentadas ou se isto pressupõe aumentos de carreiras, pois sabemos que as que existem não são suficientes, para que não se continue a ver o esvaziamento dos concelhos limítrofes e as freguesias que estão mais na área rural.

Também não fique a saber (mais pode ser erro meu de interpretação) quantos eram os anos desta concessão. Se isto é plurianual e quanto é que isto daria de uma forma consecutiva e consequente. E ainda também fiquei com dúvidas quanto à gestão dos bens dos autocarros depois das amortizações. Para mim não foi claro mas também aí uma das maiores dificuldades certamente. Enfim, o que se pressupõe é que se sirva a população e aqui não está definido. Mas também lançado em Agosto me parece que não é um mês nada apropriado a lançar concursos porque é sempre muito mais convidativo que as pessoas não concorram por excelência porque é um mês dramático. Penso que isto é unânime. Porque é que não criam aqui algumas nuances, algumas mudanças, porque é que não se estuda uma mobilidade mais participativa com outros municípios. Tenho dito.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) ⁰⁰⁸

Vogal Francisco Picado (PS) ⁰⁰⁹

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: ⁰¹⁰

“Contava falar depois de alguém do PSD, mas como V. Exa me deu a palavra tomá-la-ei com muito gosto. Mas estou seguro que o líder do PSD hoje fará uma intervenção fundo sobre a matéria e todos nós teremos tempo de depois escrutinar.

Bom gostaria de ressaltar duas questões. A primeira é a seguinte. De facto o Senhor Presidente em Agosto vinha aqui cheio de certezas. Mas ainda assim quis sossegar a assembleia dizendo que tinha na manga outras soluções. E falou do plano B e plano C. O plano B é o que temos encima da mesa, que é o plano da Borla. Ou seja, o Senhor Presidente agarra no mesmo caderno de encargos e torna-o mais atrativo do ponto de vista dos potenciais concorrentes à concessão do serviço. Uma pergunta que já aqui foi levantada e é legítima é saber se o próximo concurso ficar deserto qual é o limite da atratividade. E essa é a pergunta que nós queremos aqui fazer.

Outra questão diz respeito e Vexa compreenderá o nosso papel da oposição também é sublinhar o que V. Exa não faz tão bem. Como reconhecerá nós aqui também fazemos o contrário, propomos muitas coisas que V. Exa não acolhe ou quase nunca acolhe. E portanto aquilo que queria dizer é que V. Exa traz-nos aqui a repetição do mesmo assunto porque não conseguiu resolvê-lo na primeira instância. Também já aqui foi recordado que no mandato do Senhor Presidente anterior, suportado pela mesma maioria, também tivemos dois atos falhados. Claro que depois há sempre aquela curiosidade de saber se a deputada Maria da Luz que pertenceu ao executivo anterior, diz que deveríamos demorar mais tempo. O que não joga bem a bota com a perdigota. Todavia também gostava de sublinhar concordando, que essa ideia de intermunicipalidade amplamente aqui discutida mesmo já neste mandato é aquela que colheria, estou seguro, a maioria dos votos positivos e da concordância desta assembleia. Mas há questões de facto às quais é impossível fugir. Nomeadamente os

contratos que os outros municípios já têm com outras operadoras. E isso era um trabalho que não se faz num ano. Mas se calhar faz-se em dez. Os dez que o PSD e o CDS em Aveiro já governam.

Aquilo que queria sublinhar também é que nestes últimos dois anos neste capítulo deveriam ter sido feitas mais coisas. Nomeadamente aquela estranha entrega das linhas da MoveAveiro à exploração de empresas privadas, que aliás se foi protelando no tempo, de uma forma até um pouco incompreensível. Aliás isso feito à revelia desta Assembleia e do meu ponto de vista, na reunião de Câmara deveria ter sido tratado. E isto é uma realidade, com a qual Vexa hoje se confronta, tem uma responsabilidade concreta deste executivo camarário. Esta situação não deveria estar a ser analisada nesta altura. Já deveria estar resolvida antes, logo no início do mandato. E portanto esse falhanço no primeiro procedimento que tínhamos nós todos legítimas expectativas que tivesse o seu epílogo em Agosto voltou a ser o reflexo de algumas imprecisões e falta de rigor, que nos trazem novamente em novembro o mesmo assunto com m plano de Borla para tornar mais atrativo aos tais potenciais candidatos que aparentemente não concorreram porque acharam que era muito oneroso os custos deste caderno de encargos.

Senhor Presidente, aguardávamos para a segunda volta, provavelmente com mais explicações e também com uma expectativa, porque vai crescendo em mim a curiosidade de saber o que o PSD acha sobre esta matéria.”

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰¹¹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹²

Vogal Rita Batista (BE)⁰¹³

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁴

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁶

“Boa noite a todos. Nesta primeira ronda só algumas observações que desejava que o Senhor Presidente me explicasse se a diminuição da construção ou na adaptação do Centro Coordenador de Transportes, na diminuição dos 100 mil euros, reflete alguma diminuição da qualidade do edifício?

Segundo desejava em nome do PSD felicitar o executivo, na impossibilidade de concurso público para a concessão dos transportes, ter optado novamente por um concurso publico quando poderia optar por outra concessão.

Quanto à concessão em si o PSD mantém o que já disse em Agosto. A concessão dá viabilidade aos transportes em Aveiro. A empresa precisa urgentemente de investimentos elevados em matéria de autocarros. Investimentos, esses, impossíveis de fazer pelo executivo. Para nós, o não fazer a concessão, implica o fim dos transportes em Aveiro. E aí sim o fim da empresa e mais desemprego. Esta concessão protege a empresa e dá continuidade aos transportes e mantém os postos de trabalho.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

“Em primeiro lugar eu queria dar uma perspectiva que tem a ver com o que acabou de dizer o Manuel Prior e que é “que outra solução tínhamos”.

Vou falar de uma. Nós podíamos estar aqui a apresentar um ajuste direto. Legalmente tínhamos todas as condições para o fazer. Além do mais, a pátria aprendeu, há pouco tempo, em concurso de dimensões financeiras bem maiores, com concorrentes de peso e que ficaram todos fora, dois processos que acabaram com ajuste direto legal, discutível, como tudo, mas absolutamente legal.

Nós podíamos estar aqui a apresentar um ajuste direto a uma das duas empresas que apareceu ao concurso. Fui absolutamente claro e transparente. Entendemos que era mais interessante para a nossa operação seguir este caminho. Portanto trouxemos um novo concurso com os ajustamentos que referenciei no caderno de encargos. Vou passar ao lado destas questões dos processos de intenção da Rita Batista, porque a Rita depois baralha-se com os seus próprios processos de intenção e não lhe reconheço o mínimo de idoneidade moral para pôr em causa a minha idoneidade.

Portanto passo por cima disso e rio-me e não vale a pena dar-lhe mais consideração. Que raio de jackpot é que nós demos em Agosto que ninguém veio ao pote? Não acha que é um bocado absurdo semelhante afirmação? Se de facto tivesse sido um jackpot tinham vindo ao pote, o mercado tinha vindo ao pote. Mas não veio. Eventualmente quererá dizer que não era um jackpot. Portanto, Rita não vale a pena andarmos com estes processos, tentar chafurdar o nome dos outros.

Este processo é correto e nós entendemos que era mais interessante para a valorização do processo fazermos estes ajustamentos e fazermos um segundo concurso público, do que estarmos aqui, como podíamos estar com toda a cobertura legal, com uma proposta de ajuste direto a um dos dois concorrentes. Ponho no lixo os seus processos de intenção — além de os lamentar.

Deixar claro que não houve nenhuma outra alteração. A Maria da Luz e o Dr. Jorge Nascimento perguntaram sobre as carreiras. Não se mexeu em mais nada. Nos funcionários, o artigo sobre os funcionários que garante todos os direitos a todos os funcionários não foi mexido. Podem acreditar em mim. Mas aqueles que duvidarem de mim seguramente que já fizeram o trabalho de casa e compararam tudo, se não o fizeram podem fazer a posteriori, para confirmar o que eu estou a dizer. As mudanças são estas, não há mais mudanças. Portanto em relação aos funcionários a questão está garantida. Aliás, alguns dos potenciais candidatos, uma das críticas que tem este processo é exatamente esta “acham que protegemos demais os nossos funcionários” que vão ter problemas de funcionários que ganham mais comparando com os seus, que ganham menos. De facto foi assim que nós decidimos. Quem não percebe nada disto ou está com processos de intenção diz outras coisas. Mas o que está dito, no primeiro e no segundo caderno de encargos, sobre os nossos funcionários e entendido por quem estuda a matéria e tem uma abordagem séria, como as empresas que estudaram o caderno de encargos é exatamente isto que eu acabei de dizer: estão absolutamente defendidos os direitos dos pressupostos contratuais em vigor dos nossos funcionários.

A Maria da Luz colocou uma outra questão, aliás não foi a única, o Marques Pereira também, que é esta questão da empresa intermunicipal. Repito de forma sumária o que já aqui disse. Nenhum dos outros dez municípios está interessado em ser parceiro de uma operação paupérrima, que tem dois vírgula dois milhões de défice de operação.

Olhem que à nossa volta estão dez municípios bem geridos financeiramente melhor que nós que até há dois anos foi gerido com os pés e com os pés do calcanhar durante dezasseis anos — estoirando com a despesa e depois estoirando com a receita. Os outros dez municípios, bem geridos, não estão disponíveis para serem parceiros de más operações.

Disse-vos em Agosto, repito agora, que essa parceria vai ser possível no quadro da Lei que já está em vigor que vai concretizar a sua implementação até dois mil e dezanove.

Mas só vamos ter parceiros se tivermos uma operação a funcionar bem. Aí vamos ter parceiros. Se não (e muito bem) nenhum dos outros dez municípios quer ser nosso parceiro.

Quando falamos das questões financeiras, alguns de vocês pediram essa clarificação, a questão é: o nosso último défice é de dois vírgula dois milhões.

Aquilo que nós dissemos foi que nós conseguimos gerir esta operação custando-nos oitocentos mil euros. Estes oitocentos mil euros são o quê? Obviamente, tem os transportes

escolares e os chamados transportes sociais e dá o tal ganho de um vírgula quatro milhões. Com estas alterações ao caderno de encargos essa ganho de um vírgula quatro passa a um vírgula dois, porque o nosso custo referencial de oitocentos mil passa para um milhão. Portanto é aqui que está o tal ganho financeiro que eu referencieei.

A outra ideia, nomeadamente a que a Maria da Luz e o Dr. Jorge Nascimento colocaram, é a questão de “porque é que não dividimos isto”. Ninguém quer o negócio dos barcos. A operação marítimo-turística dos passeios não aguenta isto. O negócio dos barcos tem pico de défice de cerca de oitocentos mil euros ano. Tem uma média de défice, nos últimos dez anos, de meio milhão. Não há operação que pague este défice, não há ninguém interessado nisto.

E os nossos colegas autarcas do MIJPA sabem disso porque quando governaram lançaram um concurso que ficou deserto. É evidente que tinha uma carga de exigência muito grande e que nós aliviámos. Não está neste caderno de encargos um segundo ferry que custava um milhão de euros! Se voltarmos a isolar essa operação vai ficar deserta. Onde é que estava o ganho? Garantidamente tínhamos muitos clientes para a parte rodoviária. Um dos planos, que agora não vou dizer se é o C, o D ou o E, não é o B, é exatamente isto, é a Câmara dizer “muito bem eu fico com o osso do transporte fluvial e vou concessionar o rodoviário”. E aí os raios de luz do mercado vão aumentar muito e então poderemos ter aqui oito, nove, dez, onze concorrentes ao concurso. De facto, para muita gente, a componente marítima do nosso concurso é um problema e nós temos consciência disso porque ela é deficitária. É muito difícil transformá-la em não deficitária. Como é que fizemos? Somámo-la à rodoviária e aí já conseguimos que a soma seja financeiramente sustentável e útil para a gestão da operação, nomeadamente no quadro de uma concessão. Os anos, só para lembrar, são quinze anos renováveis uma vez durante cinco anos. Portanto a duração máxima da concessão pode ir até aos vinte anos.

Dr. Jorge Nascimento, deixar claro que eu nunca usei a palavra de que isto seria fácil. Não adulterem as minhas palavras. Vão ler as actas, vão ouvir as gravações. Nunca na minha vida aqui disse ou sequer pensei que tínhamos aqui uma coisa fácil. Isto é uma operação complexa, exigente. Nunca passou pela minha expressão ou pelo meu pensamento que tivéssemos aqui uma operação fácil.

O Francisco Picado e o Marques Pereira estão com um problema de ansiedade que eu compreendo, que é saber onde é que isto pára. O Marques Pereira tem esta questão de achar que o plano ‘B’ é o da borla e que este é o plano ‘B’. Pois nem este é o plano ‘B’, esta é a segunda versão do plano ‘A’, estamos no plano ‘A’, e nem o plano ‘B’, que temos desenhado é de borla porque aqui não há borlas. Borlas andaram a dar V. Exas. quando governaram esta casa e destruíram-na completamente financeiramente e vamos precisar de vinte anos para a pôr na ordem. Eu sei que isto tem imensa graça mas é a vida. Eu sei que V. Exas. andam muito excitados com a vida e nós compreendemos isso. Agora, não vale a pena é o Partido Socialista, que além do mais votou contra, em agosto, por outros pressupostos, não vejo porque é que agora votará de outra maneira que não contra, está agora com ansiedade para saber o que é que se passa a seguir. Pois façam a gestão da vossa ansiedade o melhor que puderem, eu peço desculpa por ser antipático, mas não vos vou ajudar. Portanto, vamos à segunda tentativa do plano ‘A’, temos uma sólida esperança de que correrá bem. Se não correr bem pois cá traremos então o plano ‘B’ que não tem nada de borla, era o que mais faltava nós agora entrarmos no plano da borla, embora compreenda que haja muita gente motivada que com a borla é que se irá gerir a nação e, portanto, podemos olhar para esse tipo de atitude de uma forma diferente do enquadramento em que todos vivemos.

Entendemos ser útil aumentar a atratividade, preferimos ter quatro propostas do que duas, preferimos ter seis do que quatro. É também aí que nós queremos apostar, sabendo que, não mexendo em nada, a probabilidade de termos uma proposta era muito alta porque uma das propostas que sai está, em termos substantivos, em perfeita sintonia com o caderno de

encargos. Teve apenas um lapso da sua empresa consultora, que se enganou de uma forma inacreditável, mais tarde soubemos a história, mas prazos são prazos; não teve tempo para fazer a apresentação do estudo prévio e não tinha percebido que era motivo de exclusão. A substância da proposta cumpre completamente o caderno de encargos mas nós entendemos que devemos aumentar a atratividade do concurso.

Para terminar, eu queria deixar uma nota que eu referenciei em agosto e que agora quero repetir, e que é o estado do mercado. A Dra. Maria da Luz disse há bocado que em agosto não é bom para lançar concursos. Não é exatamente porque as empresas estavam na praia porque as que não vieram não foi por ter sido lançado em agosto. Viu que eu não usei esse argumento e até podia dar jeito. Mas não foi isso, não foi mesmo isso. As várias empresas que levantaram o caderno de encargos, nós sabemos quem são porque sabemos quem é que levanta o caderno de encargos e foram catorze as empresas, pelo menos as principais, não falámos com todas, que não vieram não foi por ser agosto, foi pelos motivos que já explanei. Aquilo que era a realidade do mercado na altura mudou muito. O que é que estava a acontecer na altura? Estavam a decorrer as operações de Lisboa e do Porto, estavam em cima da mesa à espera de serem decididas em termos de adjudicação. Esse cenário já passou, independentemente de algumas delas serem passíveis de reversão, nomeadamente se tivermos um governo novo de maioria de esquerda e de extrema-esquerda, porque, de facto, há vários desses processos que ainda estão em ponto de reversibilidade, nomeadamente os dois do Porto e que são, hoje, legalmente reversíveis. Não é sem dano, há alguns danos, mas de forma simples, em termos jurídicos, eles são reversíveis. É irreversível a adjudicação que está feita porque não está consumada de forma plena, em termos legais. Hoje, esta ambiência em que vamos lançar o concurso já está descontaminada daquela tensão enorme em que o mercado andava na luta pelas operações de Lisboa e pelas operações do Porto que estavam em fase de desenvolvimento crítico e que entretanto se consolidaram com as adjudicações que foram feitas.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

“Exmo. Senhor Presidente de Câmara. Eu achei muito contraditórias algumas coisas que o Senhor Presidente de Câmara disse. Então o Senhor Presidente de Câmara diz que tinha uma proposta que cumpre os cadernos de encargos, que não terá entrado a horas, mas que cumpria o caderno de encargos, mas pretende abrir novo concurso para aumentar atratividade do concurso! Então Senhor Presidente de Câmara, se tem uma empresa que cumpre aquele caderno, ainda que não tenha entregue atempadamente, porque é que vai agora facilitar a vida a essa empresa? Porque isso parece-me, a mim e aos olhos da sensibilidade comum, prejuízo do erário público. Se tem quem lhe ofereça x que pede e agora para ganhar um mês vai pedir x-1 eu francamente não entendo.

Senhor Presidente há outro dado que não bate a bota com a perdigota. Não é juízo de intenção. É só uma clarificação que lhe sugeria que devesse entender fazer. O Senhor em Agosto, várias vezes na sua intervenção refere consultas ao mercado. “foi o mercado, o CCT, estão muito interessados...” Senhor Presidente de Câmara, então o mercado não sabia desta proposta? O senhor lançou o projeto inicial sem conhecer o mercado? Não o fez, sabia. O que é que aconteceu? O que é que mudou? Eu não sei se não terá sido a questão do STCPP e da CARRIS. Tenho muitas dúvidas porque são empresas de uma escala que não tem nada a ver com a MoveAveiro. Serão. Pergunto-lhe?

Senhor Presidente da Câmara sobre as Contas da MoveAveiro em Agosto ficou quase tudo dito. A empresa em 2014 já completamente sabotada, estilhaçada, com as melhores linhas todas desbaratadas, teve um prejuízo total de 1 milhão e 800 mil. E repito, desbaratada,

arruinada, de todas as maneiras possíveis. Os senhores na altura apesar deste prejuízo pressupunham a entrega de 900 mil euros a quem ficasse com esta empresa. Ou seja havia um prejuízo de 900 mil euros. Depois de baixarem agora os objetivos, de reduzirem o investimento no CCT, continua a valer a pena!? Não valeria a pena, como na altura o PCP sugeriu e propõe, a internalização da empresa para melhor salvaguarda do serviço público e que prove uma das capacidades deste executivo em gerir em vez de desbaratar e entregar a outros para que façam o negócio da sua vida? Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE)⁰¹⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁰

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²²

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁴

“Dr. Marques Pereira. Eu sei que vocês agora andam todos muito entusiasmados com os planos C, que são os chamados Planos Costa e que é essa coisa reacionária depois de ter uma pesada derrota num ato eleitoral se transformar em primeiro-ministro de uma forma perfeitamente despidorada em termos políticos.

Eu sei que vocês agora estão muito ferrados no plano C. De facto ninguém percebe porque é que o país não segue o A nem o B, vão logo para o C. Nós de facto estamos no plano A. Na segunda versão do plano A, embora eu compreenda V. Exa. com o seu entusiasmo em relação ao plano C.

Filipe Guerra eu não acompanho o raciocínio que o Filipe fez. Eu compreendo o raciocínio, mas não o acompanho neste pormenor. Dizia o Filipe «se tem uma empresa que cumpre o caderno de encargos vai ajudá-la com este processo». Eu, sinceramente, pensei que ia dizer o contrário, que eu ia prejudicá-la, porque podíamos ter feito o ajuste direto àquela empresa com aquela proposta. Portanto vou prejudicá-la porque vamos repetir um concurso aumentando o tamanho da baliza para que mais gente possa vir ao concurso.

Sinceramente eu tiro a conclusão exatamente ao contrário. Mas percebi o seu raciocínio, apenas faço um raciocínio diferente.

Em relação às consultas ao mercado deixar claro que fomos neste dossier, como somos sempre, absolutamente transparentes. Uma coisa é consultar o mercado e falarmos com o mercado e fazemos isso em tudo, outra coisa é fazer o que o mercado manda. Se fosse uma qualquer empresa que está no mercado a fazer este caderno de encargos, ele não era assim. Uma coisa é auscultar mas depois quem faz o caderno de encargos somos nós; não foi nenhuma empresa, nem na primeira versão, nem na segunda, que fez o caderno de encargos. Sabemos que, de vez em quando, essas coisas acontecem. Neste caso, nós auscultámos mas fomos nós que fizemos, se não, obviamente, a probabilidade de termos ficado com uma operação em branco tinha sido muito baixa. No passado, neste nosso município aconteceram coisas desse género. Julgo que não é preciso falar delas porque são por demais do conhecimento de toda a gente.

Quanto a internalizar, já disse, repetimos que o grande problema que entendemos intransponível é a necessidade urgente de investimento. E aqui é que está o problema. Onde é que nós temos três milhões de euros no próximo ano para fazer investimento? Não temos. Não temos em dinheiro, não temos no FAM, não temos na banca... não temos. E uma das emergências que temos é investimento em material circulante. Aliás, o Francisco Picado disse aquilo que é: é uma opção imperativa. Sinceramente, das múltiplas opções que temos esta, de facto, é importante. O Francisco Picado lá foi ao passado e disse pronto, à data de

hoje tem que ser assim, mas há dias ou há anos podia ser de outra maneira. Mas é o problema que nenhum de nós consegue resolver que é saber como é que se anda para trás com a coisa. E quando V. Exa. diz que o meu antecessor não geriu bem, há também três notas da história. O Dr. Alberto Souto perdeu uma eleição com o Dr. Élio Maia, o Dr. José Costa perdeu uma eleição com o Dr. Élio Maia e o José Ribau Esteves ganhou a eleição ao Dr. Élio Maia, meu antecessor. Portanto o único que começou a resolver o problema foi o José Ribau Esteves, porque o José Costa e o Alberto Souto não conseguiram. Por determinação do nosso povo o Dr. Élio Maia derrotou-os aos dois em duas eleições. E a democracia, meus caros, é o que é. Na altura não vi ninguém a tentar transformar derrotas em vitórias. não vi!? É que há malta com tanto jeitinho e com tanta imaginação que até podiam ter inventado um procedimento. Só para deixar claro, para deixar só esta nota, afirmou o Francisco Picado, de forma taxativa que isto chegou a este estado porque o meu antecessor não geriu bem. Eu só estou a lembrar que quem tirou o meu antecessor da presidência da câmara fui eu e que o meu antecessor derrotou o Dr. José Costa e o Dr. Alberto Souto que disputaram esta câmara com a bandeira do Partido Socialista. O PSD e o CDS apoiaram-me a mim para nos vermos livres do meu antecessor. Eu sei que isto ao PS faz uma confusão. A questão aqui é uma questão objetiva e não vale a pena vocês voltarem a isto porque, de facto, as coisas são o que são e a política é o que é. O PSD e o PP tiveram o bom senso de mudar de candidato e o novo candidato derrotou, como o PS não conseguiu derrotar, uma pessoa que na avaliação de acumulado da sua performance de gestão estava com uma avaliação negativa. E esse é um acto de humildade e de inteligência política. E o Partido Socialista das duas vezes que foi à disputa com o Dr. Élio Maia perdeu as duas vezes as eleições. Aliás, as três vezes porque à terceira vez que foi disputar a eleição com o Dr. Élio Maia voltou a perder. Ficou em segundo, é certo. O Dr. Élio Maia ficou em terceiro. Portanto, olhem para a história da política e da decisão de quem manda e deixemos estes desvarios porque, de facto, somos nós que estamos a gerir, a resolver os problemas que temos hoje. Francisco Picado, não há volta, é mesmo hoje que estamos a gerir e não é há dois anos ou há quatro; é mesmo hoje que estamos a ter esta discussão e que vamos tomar esta decisão.

Rita Batista, repito. Estão garantidos os direitos dos trabalhadores, está no caderno de encargos com toda a clareza, meridiana clareza. Se falar com algum dos concorrentes eles vão-lhe dizer «isso é um problema para nós». Fale com eles, estão aí, são empresas e pessoas disponíveis para se conversar. O tarifário não é à conta do concessionário, quem define o tarifário somos nós, caderno de encargos. O concessionário só tem que cumprir o tarifário que está aqui, claro e cristalino, no caderno de encargos. E, de facto, temos ideias ideológicas profundas. Não digo preconceitos. A Rita tem o seu modelo ideológico, nós temos o nosso. Respeitamo-nos uns aos outros, não vou chamar isso preconceito. São modelações que nós temos. Nós usamos de forma tão natural as empresas, aqui também estamos a usar de forma tão natural as empresas, como noutras matérias usamos a administração pública direta para gerir serviços públicos.

Dr. Jorge Nascimento eu já expliquei o ganho financeiro. Portanto no fundo, o défice que tínhamos vai ser muito diminuído e aí está o ganho financeiro.”

(Entretanto saiu da sala o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia)

Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de abertura de novo procedimento de Concurso Público Internacional para a "Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviço Público Fluvial de Passageiros e Viaturas e do Centro Coordenador de Transportes", sendo o mesmo aprovado⁰²⁵ por maioria, com vinte e três

votos a favor (PSD13+CDS6+JPA4), duas abstenções (PS2) e dez votos contra (PS8+BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²⁶

“Deixar como declaração de voto do PCP a primeira e segunda intervenção.”

Vogal Rita Baptista (BE):⁰²⁷

“Nos últimos anos temos assistido à destruição dos serviços de transportes públicos de Aveiro. A criação da empresa municipal MoveAveiro foi um erro. O esvaziamento da MoveAveiro com despedimentos, transformação de rotas pendulares em rotas circulares, entrega gratuita das linhas com mais procura a uma empresa privada. Mais que uma desistência foram uma destruição. A insistência na opção da concessão com vantagens crescentes para o privado é o fim deste triste caminho.

Note-se que anteriormente o BE apresentou quer na Assembleia Municipal quer na Assembleia da República, propostas para viabilização da empresa de transportes, nomeadamente a sua municipalização e intermunicipalização quanto possível. Propusemos indemnizações compensatórias para a MoveAveiro por parte do Estado como as empresas privadas recebem e como à data os transportes públicos de Lisboa e Porto recebiam. As propostas foram chumbadas por PSD e CDS e também pelo PS, mas serviu para mostrar como havia e há alternativa.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁸

“O PSD votou a favor da concessão dos transportes e do Centro Coordenador de Transportes, por concurso público, porque ele garante transportes públicos em Aveiro, garante o funcionamento da empresa e garante os postos de trabalho.”

(Deu entrada na sala o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia.)

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de taxa de IMI para 2016.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰²⁹ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

“Sr. Presidente, aproveito este ponto para fazer a introdução do ponto Dois, três, Quatro e Cinco, portanto não farei introdução a esses pontos, embora participarei no debate de cada um deles como é óbvio. Este conjunto de propostas que trazemos à Assembleia Municipal que integram o conjunto da política fiscal, o pacto fiscal, da nossa Câmara Municipal. É importante, nesta fase, o que temos feito e o que fizemos nestes dois anos.

Acabámos, em dois mil e catorze, com entrada em vigor em dois mil e quinze, com a taxa turística das empresas hoteleiras e dos operadores marítimo-turísticos. Acabámos, em dois mil e catorze, com entrada em vigor em dois mil e quinze, com a taxa municipal de proteção civil que beneficiou os quarenta mil cidadãos e empresas que são clientes da nossa distribuidora de água, porque é por aí que era feita a aplicação da taxa.

Pela nova estrutura regulamentar criámos e executámos, desde meados de dois mil e catorze, a isenção a cem por cento das taxas de ocupação de espaço público e do licenciamento de eventos às nossas associações e às nossas comissões de festas, abrangendo cerca de uma centena de entidades.

Este ano, em dois mil e quinze, reduzimos, por deliberação recente da Câmara Municipal, para entrar em vigor logo no início de dois mil e dezasseis, a taxa de resíduos sólidos urbanos em quinze por cento; uma taxa que tem em Aveiro um dos municípios recordistas no que respeita ao seu valor, em comparação com os outros trezentos e sete municípios. Iniciámos um processo de redução que é importante, sustentável e que queremos que culmine com uma redução mais forte logo que cheguemos ao tempo de termos um concurso novo, um contrato novo, que, garantidamente, irá baixar o valor. As experiências que temos, ainda recentemente uma adjudicação, nesta área, num município nosso vizinho, a redução é menos de metade do custo que nós temos, atualmente, com este serviço. Esta medida é também acessível aos cerca de quarenta mil cidadãos e empresas que, com o mesmo mecanismo da taxa de Protecção civil, são clientes com contadores de água, porque também é essa a referência para aplicação da taxa.

Colocámos nos índices máximos, em dois mil e treze, ficando em vigor em dois mil e catorze e em dois mil e quinze, a Derrama que se aplica, obviamente, às nossas empresas.

A possibilidade de devolução de cinco por cento do IRS, herdámos uma situação de quatro por cento, foi terminada numa operação que abrangeu cerca de vinte e dois mil cidadão. Não tenham este número como absoluto porque continuamos a não conseguir ter certeza absoluta do número de contribuintes de IRS.

A nossa Taxa Municipal de Direitos de Passagem que abrange o mesmo universo dos quarenta mil cidadãos e empresas porque se aplica pelo mesmo mecanismo.

Está aqui o resumo das medidas que fomos tomando, em regra, de desagravamento num conjunto de taxas. No que respeita a estas últimas, nomeadamente a Derrama e participação no IRS, há a solução da plena condição de acesso à receita máxima que pode advir dessas fontes.

No que ao IMI respeita, também não conseguimos ter o número exato de munícipes que pagam IMI no nosso município, já temos o distrital e no distrito de Aveiro são duzentos e trinta e nove mil cidadãos que pagam IMI; há um número de vinte mil no nosso município mas também não o temos por confirmação de quem de direito que é a Autoridade Tributária, o nosso histórico é que aumentámos a taxa de zero três para zero quatro em dois mil e catorze para vigorar neste ano que agora termina, em dois mil e quinze, e temos aqui uma proposta para passar da taxa de zero quatro para a taxa de zero cinco, para entrar em vigor no ano de dois mil e dezasseis.

Está também nesta proposta a redução desta mesma taxa, que será de zero cinco em dois mil e dezasseis, o chamado IMI Familiar que é usarmos a disposição legal da Lei do Orçamento de Estado que permitirá a cerca de sete mil famílias do nosso município ter uma redução dessa taxa em cem por cento, portanto há um conjunto de famílias para as quais a taxa se manterá em zero quatro, outro grupo de cinquenta por cento e que passará, não de zero quatro para zero cinco, mas de zero quatro para zero quarenta e cinco, e outro grupo que passará para zero quatrocentos e setenta e cinco e que tem a tal redução de vinte e cinco por cento. Portanto, entendemos que esta opção é uma opção correta, sensata, vale quatrocentos e setenta e sete mil euros, é este o valor da redução, e tem um quadro previsional de aumento que andarà em cerca de dois milhões de euros. O crescimento previsional de IMI de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis é cerca de quatro vezes o valor que vamos perder, que vamos ter de 'não receita', com as isenções às cerca de sete mil famílias que serão contempladas. Obviamente que este número não é fixo, o número actual são seis mil

setecentas e setenta e uma, e, portanto, poderá haver alterações, para mais ou para menos, neste número.

Este valor corresponde a dois vírgula cinco por cento do valor total que prevemos cobrar de IMI em dois mil e dezasseis. É importante... dois vírgula cinco por cento são dois vírgula cinco por cento, mas também são só dois vírgula cinco por cento. Por outro lado, este valor respeita o valor da cobrança prevista em sede do Programa de Ajustamento Municipal. Além destes fatores acresce o facto de entendermos que esta redução é contributiva, tem vantagens socioeconómicas para o município e, por isso, assentamos aí a nossa justificação quando a Direcção do FAM tiver a oportunidade formal de fazer considerações sobre esta decisão, acto imediato à entrada em execução dos nossos contratos de PAM que, como sabem, esperam o visto do Tribunal de Contas; pelo menos, tem uma espera de mais de onze dias neste momento. Faltam onze dias úteis para acabar o prazo do Tribunal de Contas.

Há um dossier em aberto, aliás ainda hoje era notícia em vários sites, e que é o dossier dos coeficientes de localização. A sua revisão tem corrido todo o processo e que culminará numa portaria do Secretário de Estado da tutela para publicar as decisões da CNAPU, que já vão sendo tomadas há vários meses. A CNAPU está numa fase de reuniões semanais e virá daí uma decisão que temos que aguardar, embora com a perspectiva de uma redução global. Isto quer dizer que em termos das nossas motivações globais há uma filosofia diferente de política fiscal, uma opção clara de sustentabilidade das finanças municipais sabendo que, por um lado, precisamos de receita para, no mínimo, gerirmos o financiamento e prestarmos os serviços públicos essenciais aos nossos concidadãos, e também sustentar o investimento que temos em curso, nomeadamente os financiamentos cofinanciados pelos Fundos Comunitários. Também por questões financeiras porque se o não fizéssemos tínhamos um grave problema financeiro novo e que era a devolução das participações que já recebemos. Por outro lado, o IMI é, de facto, a única fonte de receita que rapidamente pode ajudar ao crescimento da nossa receita porque todas as outras fontes de receita podem dar uma ajuda, umas têm dado, outras não, mas nenhuma delas com relevância no que respeita à dimensão financeira. Por outro lado, importante, esta decisão, esta proposta, que aqui está, a taxa de zero cinco com as isenções do IMI no chamado IMI familiar, completam as medidas de reequilíbrio orçamental que estão no nosso PAM, definidas pela lei FAM, porque todas elas estão implementadas e esta é a última a ser implementada. Embora continuemos à espera da entrada em execução formal do nosso programa, e isso espera o visto, obviamente que fomos tomando medidas desde o fim da auditoria para melhorarmos a nossa condição de receita melhorarmos a nossa condição de despesa, melhorarmos, no fundo, o equilíbrio orçamental. Por isso, hoje, a nossa Câmara paga a tempo e horas todas as suas despesas, não acumulámos dívida, e temos uma condição financeira positiva, somando, obviamente, ao desequilíbrio que temos e que se reequilibrará com a aprovação do nosso PAM.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):[031](#)

Vogal Marques Pereira (PS):[032](#)

Presidente da Mesa:[033](#)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[034](#)

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados, Exmo. Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

O Senhor Presidente de Câmara na apresentação deste ponto sobre o IMI acabou por dar um lamiré. Acabou por elencar algumas taxas que tiveram o seu fim neste mandato, nomeadamente a taxa turística, a taxa municipal da proteção civil (muito bem,

acompanhamo-lo ai). Também refere a eventual taxa de resíduos sólidos urbanos em 15% e conclui a sua intervenção referindo a sua relevância do IMI. E aqui é que está o cerne da questão. Porque de facto o IMI comparado com estes impostos, com estas taxas que desaparecem não há comparação nenhuma. Estamos a falar de valores completamente diferentes. E um imposto como o IMI não há comparação. Referir isto para depois falar do IMI não fará qualquer sentido.

Senhor Presidente em relação ao IMI este ano de 2015 já teve um aumento para 0.4 um aumento que custou muito a muitos aveirenses a pagar. Foi um IMI que não deveria ter subido este ano. O Senhor subiu este IMI porque o quis subir. E o PCP explicou na altura que o FAM não exigia que o tivesse subido para 0.4. Nós na altura fizemos a metáfora de cortar a perna até ao joelho para se habituar a dicar sem perna no ano a seguir. Portanto já foi um mau sinal.

E a realidade Senhor Presidente de Câmara é que isto não seria tão mau do ponto de vista da insensibilidade social que isto revelou da sua parte, não obstante as dificuldades que a Câmara têm e sabemos que tem. Não estamos a dizer que a dívida foi obra sua.

Mas a verdade é esta Senhor Presidente de Câmara, em 2013, em setembro dizia “repetem que vamos fazer muito mal às pessoas, que vamos aumentar os impostos, deixar claro que quem apresenta as nossas ideias somos nós e não vamos aumentar o IMI porque entendemos que não é preciso isso.” Isto são palavras suas em setembro de 2013 uma semana antes das eleições. Portanto o Senhor violou um compromisso eleitoral.

Mais, o Senhor Presidente de Câmara no ano passado em novembro, a propósito desta iminente insensibilidade social do agregado familiar, considerava a propósito daquilo uma redução de centésimas. “Somos contra essa tipologia de fazer politica, o problemas dessas famílias na sua factura fiscal não é o IMI nem as taxas municipais, é o IVA o IRS e o IRC”. O Senhor Presidente de Câmara na altura não se apresentava muito (aparentemente) favorável a este tipo de sensibilidade.

Da nossa parte, do PCP, a verdade é que esta discriminação positiva comporta consigo alguns elementos discriminatórios que não que não fazem jus àquilo que ideologicamente defendem. Nomeadamente a defesa dos agregados familiares com pior situação financeira. Senhor Presidente, nós da nossa parte naturalmente somos contra este aumento do IMI. Fomos contra o FAM porque achamos que ele não era uma obrigação legal e nós dissemo-lo aqui em combate consigo e com a sua força política naturalmente. Não deixamos no entanto de apontar esta sua insensibilidade, porque no fundo não resolve problemas.

E terminava com uma questão simples que lhe colocaria que se prende com a avaliação dos coeficientes. Foi uma coisa que o Senhor Presidente trouxe aqui aquando da discussão do FAM. Na altura fez saber da necessidade de promover diligências junto da Autoridade Tributária no sentido de alguma forma amenizar o impacto fiscal sobre a vida dos cidadãos de Aveiro. Faz-lhe esta questão portanto que diligência realizou, que sensibilidade recolheu? Iguamente fez referência, portanto saber, enfim, como decorre esta decisão e quando é que podemos ter a expectativa da sua chegada? Tenho dito.”

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [035](#)

“Senhor Presidente, vamos a números. Um agregado familiar numa casa no valor de 100 mil euros, em 2014 pagou 300 euros de IMI; em 2015, 400 euros; em 2016 pagará 500 euros de IMI.

O IMI tem um aumento desmesurado em Aveiro. Esta evolução por iniciativa do Governo PSD/CDS e pela criação do FAM, saudado por Ribau Esteves e pela maioria PSD/CDS que o suporta. Temos austeridade municipal à imagem do que foi feito no país e em toda a sua potência, saudada e implementada pelo PSD/CDS.

IMI familiar. Primeiro facto a registar. Nenhuma, repito, nenhuma família vai pagar menos impostos. Voltemos ao exemplo.

Uma família sem filhos vai pagar os tais 500 euros. Uma família com um filho paga 450 euros. Com dois filhos pagará 425 euros. Com três filhos 400 euros. Como pode registar continuam os valores bem acima do ano passado.

Segundo facto. Para que esta medida do IMI seja implementada necessita de autorização do FAM. Uma equipa não eleita. Mais uma machadada na democracia. Dissemo-lo aqui aquando da discussão do FAM e do PAM e aqui temos a prova. Se eles disserem não, não se aplicará o IMI familiar.

Terceiro facto. O mesmo governo que permite um aumento brutal deste tipo de impostos foi o mesmo governo que acabou com a cláusula de salvaguarda que não permitia que houvesse aumentos mais que 75 euros. E agora é o governo que vem com esta medida emblemática do IMI familiar que não introduz qualquer justiça fiscal. O bloco de Esquerda é contra esta medida atendendo a que uma família com mais recursos terá em princípio habitações bem mais caras. E podemos voltar ao exemplo. Uma casa que custe um milhão um filho vê o seu IMI reduzido em 5 mil euros. O filho de um rico vale mais que o filho de um pobre! Não é uma medida socialmente justa (ouvem-se vozes) e não corrige o problema central em Aveiro. Em Aveiro a taxa do IMI está no máximo e assim estará nos próximos 20 anos.

Majoração de prédios degradados manteve a taxa nos 10%. Esta majoração foi aplicada em 2015? Todos os prédios degradados estão identificados pela Câmara? Quanto a nós poderia ter sido mais usado. Legalmente poderia ter chegado aos 30%. Somos a favor de uma majoração dos prédios degradados e politicamente consideramos que se pode ir mais longe. A majoração deveria ser aplicada a todos os prédios devolutos. A função social da habitação é ser habitada. E por isso entendemos que esta majoração associada a medidas de incentivos de reabilitação seria muito mais positivo. Muitas das habitações devolutas, as que estão vazias, são propriedade de fundos imobiliários e estão vazias para efeitos de especulação. Rejeitamos esta má utilização da propriedade desabitada à espera de dias dourados que deem mais lucros.

Continuamos a bater-nos na Assembleia da República pelo fim de isenções de impostos dos fundos imobiliários, pela progressividade deste imposto e outras medidas que visem reduzir o IMI da habitação própria. Somos a favor que as pessoas paguem menos IMI e portanto votaremos contra esta proposta do executivo.”

Presidente da Mesa:[036](#)

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA)[037](#)

Vogal Jorge Nascimento (JPA)[038](#)

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Eu acho que neste ponto nós não devíamos falar de culpas nem falar do passado. Porque se vamos falar em culpa vamos ter aqui a discussão inquinada sobre esta matéria. Houve erros na política fiscal do passado que também comprometeram o chegar até qui. O PS fará aqui uma intervenção que abarcará o ponto 2,3,4, e 5 ou seja a política fiscal do município. E depois tomaremos as deliberações quando forem o momento delas. Penso que assim será mais coerente para esta matéria. Porque não fará sentido hoje estarmos a dissecar cada um dos impostos e cada uma das receitas porque nós estamos a fazer a análise destes pontos à luz dum mesmo plano e duma mesma obrigatoriedade legal.

Querendo ir só um pouco atrás, mas já agora gostaria de recordar aqui uma coisa que foi feita no mandato anterior. Foi feito aqui uma coisa que do ponto de vista jurídico (do meu ponto de vista) era completamente ilegal. Foi tomar-se aqui uma deliberação (nós votamos

contra) em que se votava a taxa do IMI para um mandato inteiro quando a lei prevê expressamente que tem de ser uma deliberação anual.

Eu na altura, quer dizer, percebe-se a questão política que estava por detrás, mas de todo modo podia fazer-se a discussão política à volta daquilo mas a cumprir-se a lei.

Claro que depois havia expressões curiosas do executivo anterior (e é sempre difícil falar do executivo anterior porque eu olho à minha volta e vejo o Dr. Miguel Capão Filipe, Dr. Jorge Greno, para a Dr. Maria da Luz, que estavam lá e votaram). Portanto nós temos que ter cuidados senhor Presidente da Câmara a zurrir no anterior executivo porque eles votam em si. Mas onde eu queria chegar é que do ponto de vista político, estas questões fiscais ganham contornos de maior melindre no momento atual.

A Derrama, a participação do Município no IRS e o a Taxa de Direitos de Passagem, não são receitas despiciendas. Mas no cenário da receita anual do município o IMI é praticamente 1/4 da receita. E portanto uma subida de cerca de 2 milhões de euros de 2013 para 2014 e até ao mês de setembro 11,7 milhões de euros, que se deve ao facto da atualização das matrizes é evidente. E portanto aquilo que sempre defendemos e era uma questão que estava diagnosticada já no passado era que essa atualização iria introduzir fenómenos de grande injustiça alguma injustiça social, que eram bastante agudos em alguns agregados familiares. E isso era um problema que estava diagnosticado sobretudo nos bairros históricos de Aveiro, nomeadamente na beira-mar. É que os proprietários desses imóveis são pessoas sem recursos financeiros. E portanto não só não conseguiam vender por um preço justo esses imóveis como também não têm dinheiro para pagar este imposto. E colocava-se aqui um grande dilema. E houve pessoas que se dirigiram à Câmara e à Junta de Freguesia com esse problema. Que poderá estar agora um pouco mais esbatido em face da dinâmica que podemos observar de uma maneira um pouco a olho daquilo que se passa hoje no bairro da beira-mar.

Mas isto para dizer que do elenco de impostos e taxas municipais o que tem significado verdadeiramente é o IMI. O IMI agora passa para o máximo e o Senhor Presidente da Câmara vem aqui completamente confortado com esta matéria!? Porque o discurso político do executivo municipal é simples: eu herdei uma situação absolutamente calamitosa, tivemos de nos socorrer de um plano de ajustamento municipal porque há um expediente legal, quase automático, em que o município preenche uma série de requisitos que, enfim, somos obrigados a recorrer ao FAM. O artigo 35 n.º 2 da lei, obriga a por as taxas e os impostos todos no máximo. É claro como água, não há grande discurso a fazer à volta disto. E é disso que estamos aqui a tratar hoje. Que é que nós podemos fazer aqui em relação à questão política. Do ponto de vista do PS podemos recuperar o argumento que temos tido ao longo destes anos. Só uma gestão desastrosa das Contas do município e das empresas municipais (estou a lembrar-me da Move Aveiro) é que nos traz a este ponto.

É claro Senhor Presidente que como o PC aqui à pouco lembrou, eu também me recordo, aliás isso consta dos recortes de jornais da campanha eleitoral (que nós perdemos Sr. Presidente) que V. Exa uma semana antes do ato eleitoral estava a prometer não mexer no IMI.

E eu nem quero acreditar que V. Exa não conhecesse o cenário das Contas municipais. É evidente que conhecia. Conhecia por vários motivos. Desde logo porque o PSD e o CDS entretiveram-se nos últimos 4 ou 5 meses do último mandato a dizer pior do Presidente que andaram a apoiar durante 7 anos e meio, do que nós. Nós até estávamos constrangidos a fazer oposição ao Dr. Élio Maia, mas conseguimos acabar com dignidade essa oposição reconhecendo (pelo menos essa vitória tivemos) o PSD e o CDS a desastrosa gestão que teve, apesar de nunca terem feito mais-culpa disso.

E portanto eu recordo-me disso e portanto é justa a crítica de que o Senhor não cumpriu essa promessa.

E depois é Presidente da CIRA há longos anos e, obviamente, tal como diz que Oliveira do Bairro tem umas finanças de saúde (eu não faço ideia) seguramente da capital de distrito conheceria até porque houve vários negócios, estou a recordar-me o da venda da água que impôs, que implicaria um conhecimento até aprofundado das Contas do município de Aveiro. Embora V. Exa fosse à época Presidente do município de Ílhavo.

E portanto o discurso do “desconhecimento” é uma desculpa que não pode ser invocada por este Presidente de Câmara de Aveiro. Acho que isto se compreende. E portanto a crítica é justa “não cumpriu o que prometeu”.

Isto vai ter um impacto social relevante. E vamos todos esperar para que a solicitação que é feita deste IMI familiar seja aceite e que permita à Câmara Municipal fazer esta discriminação positiva em face dos agregados. Porque em termos de euros ainda tem um significado relevante (atendendo aos documentos) devido ao aumento abrupto que nós vamos ter em dois anos em Aveiro no IMI.

Claro que este imposto municipal de imóveis entronca também com uma questão fundamental que tem a ver com a regeneração urbana, que tem a ver com o centro da cidade e com os perímetros urbanos, que tipo de estratégia é que queremos para a cidade, nomeadamente para o comércio da cidade, para a restauração. Enfim, há aqui uma série de decorrências deste ‘brutal’ aumento que é preciso medir e perspectivar do futuro. Porque esses impostos que vão para o máximo não vão descer nos próximos anos.

Estas são as más notícias que o Senhor Presidente também que dar aos aveirenses. Esta carga fiscal máxima imposta por um plano de ajustamento financeiro, esta austeridade elevada ao seu máximo grau, salvaguardando as devidas distâncias com aquilo que foi imposto ao país, mas a lógica é semelhante. Não se atende a nenhuma especificidade territorial ou económica do município para haver uma diferenciação no impacto fiscal destas medidas. Come toda a gente pela mesma medida. Todos os municípios que se socorrem desta matéria todos têm esta mesma medida e portanto nós temos aqui um efeito económico e social de grande impacto negativo em Aveiro. É importante que isso se meça rapidamente. Já devia estar feito a par com este aumento e a par com a questão do PAM para podermos saber para onde vamos em termos da Cidade que queremos em face das grandes dificuldades que vamos ter e que vamos ter de enfrentar, no futuro próximo. Muito obrigado.”

Vogal Angela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴¹

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁴²

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰⁴³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴⁴

“O PSD congratula-se com a aprovação do pacote fiscal proposto pelo executivo, pois ele garante e assegura as boas contas do município. Algumas taxas estão no valor máximo cumprindo os pressupostos do FAM e as nossas contas.

Congratulamo-nos com a aplicação do IMI familiar que assegura um desconto de 10,15, e 20 por cento. E congratulamo-nos com a redução dos resíduos sólidos e urbanos em 15%.

Esperamos que na revisão dos coeficientes de localização os aveirenses sintam o trabalho do executivo na revisão dos mesmos, com implicação direta no valor do IMI a pagar.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

“Algumas notas sobre aquilo que foi dito, de uma forma genérica e de uma forma concreta e dirigida.

O Filipe Guerra e não só, também o Marques Pereira, vêm com uma tese que “este não é o caminho”, “isto é uma violência”, a questão social. Agradeço à Susana porque é uma coisa

muito pouco falada porque nós achamos sempre que os patamares são baixos, que deviam ser mais altos para que em vez de trezentos e cinquenta mil pudessem ser mais. Mas pronto, esses mecanismos já estão na lei e há muita gente que os usa.

Mas aquilo que está em causa são as soluções alternativas, há um problema de soluções alternativas. Não é só a questão de sermos um município FAM e estarmos num quadro de obrigações. Mas quais são as alternativas? Eu já estou desde o início do mandato a solicitar a ajuda de toda a gente. Gente para comprar património, gente para fazer o que vos passar pela cabeça. Vamos lá embora a dar aqui uma ajudinha a arranjar receita. A grande questão, aqui, é: «qual é o caminho alternativo?». Alguém tem dúvidas que se nós tivéssemos a tal mina de ouro que a gente não estaria a explorar a mina de ouro em vez de estarmos a seguir este caminho? Mas há alguma dúvida disto? Nós assumimos a governação para resolver problemas, para prestarmos serviços essenciais aos cidadãos e para fazermos investimentos. Se isto não serve, não é por aqui, muito bem... como é que fazemos? Vocês não acham que é positivo para todos os cidadãos do nosso município que hoje quem fornece bens e serviços à Câmara tem as faturas pagas? Não acham que é positivo? Sabem que neste momento toda a gente tem as faturas pagas? Acham que isto não é positivo? Não contribui para o emprego, para a boa vida económica de todas as empresas? Acham que isso não é um contributo social da maior importância? Sabem que a nossa Câmara nunca mais deveu dinheiro aos bombeiros que são as únicas instituições com as quais temos protocolos de cooperação financeira por motivos óbvios? Quando chegámos a dívida era inacreditável e os atrasos nos pagamentos eram o pão nosso de cada dia. Agora, pelo contrário, quando precisam de adiantamentos adiantamos dinheiro. Isto não tem uma importância social absolutamente fundamental? Perguntem a funcionários das duas corporações de bombeiros quem é que tem ajudado a pôr os salários em atraso de muitos meses quase na ordem; ainda não estão quase. Não vale a pena essa demagogia absolutamente demagógica, passe o pleonismo, de transformar isto num fantasma horrível e as outras coisas que são boas, são fundamentais, nós fazemos de conta que nem nos lembramos.

O Dr. Jorge Nascimento disse esta coisa: «está bem mas os inquilinos não pagam IMI mas quando pagam a renda, lá dentro, está um pedacinho que vai para o IMI». Essa já me parece a história do ovo mole. Há dias tive esta discussão com um amigo meu. Os turistas não pagam IMI e deviam pagar IMI, deviam dar um contributo. Dizia o meu amigo «desculpa lá, quando compram um ovo mole, na estrutura de custos do ovo mole está um pedacinho que é para o IMI.» Se nós formos por aqui, na estrutura de custos de tudo, para quem faz boa gestão, está tudo. Mas, Dr. Jorge Nascimento, não me vai dar a conversa toda em plenitude porque, por exemplo, os seiscentos inquilinos da Câmara não pagam, de todo, IMI. E as suas rendas não têm IMI porque como o IMI é nosso e nós estamos isentos estão mesmo sem IMI. O nosso município tem, no censo de dois mil e onze, seis mil inquilinos. Desses seis mil inquilinos, seiscentos são nossos inquilinos, falando em números redondos. Para esses municípios aquilo que este Executivo tem conseguido é a redução dos seus custos de vida. Esta é a vida e esta é a objetiva realidade. Em regra, e esta regra não é absoluta, neste grupo de cidadãos estão os nossos cidadãos com menor capacidade ao nível do rendimento. É evidente que sabemos bem que concidadãos nossos que são proprietários e pagam IMI e que passam dificuldades; sabemos bem disso, conhecemo-los, todos nós conhecemos. Mas é no grupo dos inquilinos que está a esmagadora maioria dos cidadãos que têm as maiores dificuldades, as maiores limitações no que respeita à dimensão do seu rendimento. Em relação a estes os pequenos contributos do fim da taxa de Protecção civil, da redução em quinze por cento da taxa de resíduos sólidos urbanos, são contributos objetivos e que reduziram e vão reduzir a sua estrutura de custos. Como bem sabemos, para quem ganha quinhentos euros, reduzir a estrutura de custos em dez, em quinze, em vinte ou em vinte e cinco euros, são ajudas muito relevantes. Obviamente que para quem ganha dois mil ou cinco

mil euros também é relevante mas tem uma importância menor na estrutura de rendimentos. É bom que nós tenhamos esta consciência global e total de tudo isto. Última nota sobre isto: o nosso compromisso, aquilo que já vai acontecendo, aquilo que já vai sendo cada vez mais visível, é que as pessoas, agora, veem o que é que esse está a fazer ao seu dinheiro. O nosso compromisso é que os cidadãos saibam que pagando zero três, zero quatro ou zero cinco, de IMI o seu dinheiro está a ser aplicado ali, acolá e acolá. Interessou aos cidadãos pagarem pouco IMI, tivemos zero três vários anos? Claro que interessou, como é evidente, todos somos contribuintes. Mas o problema para os nossos cidadãos, durante muito tempo, é o que é que andaram a fazer ao seu dinheiro. Onde é que está o dinheiro do zero três já que as estradas estão cheias de buracos? As escolas não têm papel higiénico ou têm um parafuso para pôr no sítio há dois anos. Isso é que acabou e já acabou nestes dois anos porque tapámos os buracos, pavimentámos estradas, temos um serviço de apoio às escolas de resposta muito pronta, ainda não é de prontidão absoluta, para lá caminhamos. A grande questão é que os nossos concidadãos vejam onde está o seu dinheiro, que estão a receber o retorno do seu imposto. Este é um compromisso de honra de que nós não abrimos mão. Não vamos fazer despesas faraónicas porque não queremos, com a ajuda de que não podemos. Nós não queremos e temos uma ajuda suplementar: não podemos. Neste caso ajuda a não fazermos asneiras.

Estas são notas globais que são muito importantes reter neste processo global em que há aspectos que são negativos, que nos perturbam a nossa estrutura de rendimento, mas há também muitos aspectos que são muito positivos. Há alguma malta que diz «caramba, estão a dar cabo do comércio, e não sei o quê». Falem com os comerciantes, vejam o que é que o turismo está a fazer a muito do nosso comércio. Falem com as pessoas.

No nosso município que, felizmente, pertence a Portugal o IMI está a perturbar a chegada de turistas ao nosso município e os turistas cada vez compram menos ovos moles. Não é verdade. Cada vez compram menos noites de hotel. Não é verdade. Menos sal, menos tantas coisas que temos identitárias. Não é verdade, é ao contrário.

É necessário para a análise global da economia que nós tenhamos a noção de que estamos, de facto, num ciclo económico positivo. E isto também é uma ajuda para que quem pague o IMI o possa pagar com menos esforço. Isto é uma ajuda. Se estivéssemos a fazer isto numa situação e recessão económica. Com certeza que seria muito mais complicado, o impacto sobre as pessoas seria muito mais penoso. Mas dá-se a circunstância de estarmos num ciclo positivo, por mérito de quem governou o país nos últimos quatro anos, por mérito da Europa que começou a resolver o seu grave problema, por mérito do mundo que começou a resolver o seu grave problema, numa crise que foi mundial. Por exemplo, o IMT (Imposto Municipal de Transação) já começa, finalmente, a dar sinais de si. Porquê? Porque, de facto, o mercado está a agitar-se na compra e venda. E tem impacto porque a malta que compra e que vende paga IMT. Esta visão global é fundamental; depois, cada um, que puxe a brasa à sua sardinha ou como lhe der mais jeito. Mas esta é a circunstância. Nós temos muita pena que esta proposta não tenha uma quarta componente que é a parte dos coeficientes de localização. Eu gostava muito que para além destas três componentes, taxa, majoração e IMI familiar, tivéssemos a quarta: coeficientes de localização. A aliás defendo, defendemos na ANMP há muitos anos, que quem devia mandar nessa componente eram os municípios e não o Ministério das Finanças; mas ainda não conseguimos convencer governo nenhum e já por lá passaram quatro. A questão é que nós, de facto, não mandamos. Eu não posso, não devo, ser claro, na fase delicada em que estamos em que não temos um membro do governo para assinar a portaria dos coeficientes de localização. O processo de Aveiro está terminado, já passou todas as fases que tinha de passar, mas entendo que na praça pública seria um acto da mais elevada incorreção falar sobre um assunto que carece de um despacho de um Secretário de Estado, que o pode fazer em governo de gestão, é uma daquelas matérias que é

compatível com as competências de gestão, mas que não está feita. O nosso processo está pronto e em interação privada tenho toda a disponibilidade para partilhar aquilo que é a realidade objetiva e formal, obviamente estando as formalidades cumpridas. Mas a vida é como é, estamos na situação que estamos e temos que andar. Agora, há, de facto, uma outra questão, caros colegas autarcas do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do PCP-CDU. Eu desejo muito, peço licença para esta nota política, que o país não tenha um governo do Partido Socialista com o Bloco de Esquerda e com o PCP. Desejo muito. Mas enfim, as coisas caminham para onde estão a caminhar. Este meu desejo não perturbado com uma coisinha má, que me passa de vez em quando, quando vos ouço a dizerem as coisas que dizem. É que se isso acontecer o que é que vocês farão? Que FAM novo vamos ter? A proposta da ANMP, aprovada e repetidamente aprovada, de que o IMI máximo seja zero quatro e não zero cinco, vai de uma vez por toda vingar ou não? Vão-nos entregar a nós, autarcas, a responsabilidade de decidir o coeficiente de localização ou não? Que alternativas de receitas vamos ter? Há uma muito simples: baixamos os impostos aos cidadãos e aumentam-se as transferências do Orçamento do Estado. Simples. Em vez de dezanove vírgula cinco por cento de participação no IRS, no IRC e no IVA deem-nos vinte e sete por cento que davam para dispensarmos cinquenta por cento do IMI e todo o IMT.

Lá vou eu na minha nuance... eu espero que não aconteça. Mas olhem, se acontecer, que é o mais previsível, vamos ver. Porque é aquela diferença entre o estar a gerir e ter que tomar decisões e o estar ao lado e fazer dissertações. Se o nosso próximo Primeiro-ministro, do XXI Governo, for o Dr. António Costa e se tiver os dois ministros sem pasta o Dr. Jerónimo de Sousa e a Dra. Catarina Martins, vamos ver quais são as suas decisões e quais são as suas alternativas. A lógica que temos hoje é esta e está claro, neste debate, como esteve sempre claro ao longo destes dois anos, que nós estamos a seguir o caminho correto, que o problema grave que temos em mãos resolve-se com a participação de toda a gente e que não mais a Câmara Municipal será o problema grave para ajudar empresas a irem à falência, para ajudar Instituições e IPSS's a irem à banca para pagarem as suas dívidas com custos financeiros altíssimos, etc., etc., etc. este é um exercício positivo, determinado, forte, que, garanto, vai dar ao longo dos anos um condição qualitativa às nossas contas e à nossa relação com a participação de todos neste processo cada vez mais positiva e cada vez mais sólida.”

Presidente da Mesa⁰⁴⁶

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁴⁷

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁴⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴⁹

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵⁰

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵¹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁵²

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁵³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

“Apenas duas ou três notas. Filipe Guerra só para deixar claro, debatemos muito aqui, só para nota de memória, o nosso Plano de Saneamento Financeiro não tinha reabilitação possível. Sabemos bem que se tivesse essa era a nossa solução. Como outras Câmaras FAM, são muito poucas mas existem algumas, a Câmara que está a gerir esse processo muito difícil é a Câmara do Fundão, nós não tínhamos essa hipótese, o nosso Plano de Saneamento

Financeiro era tão inconsequente, manifestou-se tão inconsequente e tão irrealista no que respeitava à componente da receita, a tal conversa de quererem vender o Estádio por sessenta milhões de euros, é tão irreal que não foi possível. E nenhum de vocês, aqui na Assembleia ou na Câmara, nos apresentou uma ideia a dizer para reabilitarmos o Plano pela esquerda ou pela direita. Mas, de facto, fizeram todos bem porque aquilo não tinha reabilitação possível. Portanto, não vale a pena dizer eu isso era uma solução porque, de facto, não era. A solução é esta.

Francisco Picado, temos sempre este problema em Portugal que é fazermos leis e depois para as interpretarmos é um problema. Há um grupo que entende que a partir do ano em que nós atingirmos o equilíbrio financeiro, que no nosso caso PAM é o ano de dois mil e vinte e três, quando a nossa dívida atingir um montante de um vírgula cinco da nossa receita, a partir daí podemos começar a libertar algumas das obrigações da lei, obviamente com a condição de que não podemos regredir. Há uns fundamentalistas que não dizem isto. Isto que eu acabei de dizer não é universal. Nós temos que caminhar bem, que gerir bem, se gerirmos bem podemos antecipar a chegada desse ano. É minha convicção que nós podemos conseguir antecipar a chegada desse momento, e por essa via podemos entrar nessa operação. Mas também é verdade que podem vir aí situações complicadas. Filipe, não me vai levar a mal de eu voltar à outra hipótese de governo porque é a política da nossa vida. Um dos problemas que nós temos hoje, a gerir a nossa Câmara e nós cidadãos a gerirmos a nossa vida, é estarmos na situação política nacional que estamos. É um problema. Olhe, ando aflitinho para ter o despacho do Sr. Secretário de Estado ao RIP, à declaração de Reconhecimento de Interesse Público, do nó das Agrad; já só temos mais um mês e meio. Se eu não conseguir convencer o Sr. Secretário de Estado que em gestão ele pode despachar o RIP, no dia um de janeiro temos que devolver um milhão de euros ao PO. O Sr. Presidente da República é não competente, em termos legais, nesta matéria.

Por exemplo, uma das notícias que está no acordo é a devolução, num só ano, em dois mil e dezasseis, da reposição dos salários da Administração Pública. Todos nós aplaudimos, especialmente aqueles que estamos na Administração Pública. Tem um impacto orçamental brutal. Lá temos que ir ao PAM e mexer nele a sério. Se as conclusões forem todas mais despesa e menos receita, com certeza que o nosso PAM vai direitinho para o lixo. E se for direitinho para o lixo vai ter que haver uma outra solução, vai ter que haver um outro mecanismo, para tirarmos a nossa Câmara da situação em que a colocaram.

Outra questão que é importante é dar esta nota histórica, Filipe. Sabemos todos, formalmente, desde o dia três de setembro de dois mil e treze que há FAM. O FAM foi instituído pela última versão da Lei das Finanças Locais que foi publicada em Diário da República em três de setembro de dois mil e treze; a eleição autárquica foi a vinte e nove de setembro desse mesmo ano. Mas essa lei levou um ano e meio de negociação entre a ANMP e o Governo, eu próprio pertenci ao grupo que a negociou. Portanto, conheço bem o FAM mas o FAM nasceu bem antes de eu nascer para a Câmara de Aveiro. E essa coisa de quando a gente está fora sabe tudo o que se passa dentro não sabemos mesmo. E então surpresas como a nossa Câmara, com onze milhões de euros escondidos em caixotes de papelão, não sabíamos mesmo. Mas é só isso... não sabíamos tantas outras coisas. Um de vocês, não sei se foi o Marques Pereira, disse que Oliveira do Bairro está muito bem. Eu sei que as Câmaras estão globalmente bem. Não me façam perguntas sobre a situação financeira de alguma das dez Câmaras porque a situação ao pormenor não sei de todo. Como Presidente da Câmara de Ílhavo nunca soube sobre Aveiro, nem sobre nenhuma das outras. Sabemos, obviamente, globalidades, notas sumárias, mas pormenores não sabemos e nem sequer temos tempo de poder saber, além de não se ter acesso pleno à informação, quando se está fora, de uma forma séria. Andar a fazer concursos e não termos empresas; quantos concursos no ano passado, o de fardamento que é um problema grave, por exemplo, ficaram em zero? Porque

as empresas não queriam relações comerciais com a Câmara, tinham medo sério de não lhes pagarmos, que era o histórico. Agora, já não me lembro nos últimos meses, o Vereador Jorge Ratola é que gere mais essa matéria, de termos concursos a ficarem em branco. O mercado vai percebendo, porque manuseia, que a Câmara paga. Nós quando assumimos um compromisso de comprar pagamos dentro do prazo. Acabou a Câmara que andava aqui a ajudar a estragar a vida aos operadores económicos que geram riqueza e que criam emprego. Acabou, com a nossa liderança.

Dr. Jorge Nascimento, são mais dois anos; eu não vou fazer exercícios sobre a próxima actividade governativa. Lá iremos, mas ainda é um bocadinho cedo, faltam dois anos. Esta é a atitude positiva e deixar claro que esta proposta, e tudo o que fizemos desde que cá chegámos, honra em absoluto os compromissos com os nosso cidadãos eleitores. Já aqui discutimos, não vou discutir pela décima vez, aquilo que disse em campanha e que escrevemos, tivemos que fazer um comunicado escrito por força de uma batalha indecente, a três dias do fim da campanha eleitoral, feita por um dos candidatos dos movimentos/partidos para deixar isto assim, que fez uma batalha de panfletos anónimos por tudo quanto foi canto a mentir com quantas palavras tinha no papel, está escrito para deixar claro que sempre dissemos que não aumentávamos o IMI no ano de chegada, ano de dois mil e treze. Está escrito, Filipe; é a vida, está escrito. Tivemos que escrever por causa de uma batalha indecente; foi tão indecente que quem a escreveu não assinou. Se alguém não tiver no arquivo esses papéis nós temos tudo arquivado. Se alguém tiver dúvidas ou perdas de memória, especialmente quem os produziu e que está sentado na sala, porque foi uma candidatura que elegeu gente para a Câmara e para a Assembleia Municipal, se alguém tiver falhas de arquivo nós facultamos as cópias dos papéis porque o nosso arquivo ficou com tudo. Portanto, foi preciso vir à Praça clarificar as coisas porque havia certa gente que estava, de facto, a mentir com todo o seu esplendor.

Esta é uma perspectiva sólida, séria, com uma garantia e cá estaremos daqui a quinze dias para falarmos sobre tudo isso, que é a garantia de que a nossa maior empreitada deste mandato de dois mil e dezasseis é pagar a nossa dívida às mil entidades a quem devemos uma carrada de dinheiro, a algumas delas há catorze, quinze e dezasseis anos. Temos, hoje, uma Câmara que compra e paga, que assina compromissos e honra, significa que acabou a Câmara de Aveiro desonrada, que enganava toda a gente porque tinha actos de compra com regras para serem cumpridas e que não eram pagos. Já acabou há dois anos, mas só hoje é que muita gente sabe embora haja alguma gente que ainda tenta fazer crer que assim não é. Mas façam uma coisa, falem com os comerciantes, com as empresas industriais, que trabalham connosco, porque é assim que a Câmara de Aveiro já trabalha e é por isso que, cada vez menos, e já não me lembro há quantos meses foi o último episódio, deixámos de ter concursos em branco ou empresas a quererem fornecer se apenas receberem a pronto, se o cheque não “chegar à mão” no dia em que entregarmos a mercadoria não fornecem. Que o digam os nossos funcionários... dias sem papel para secarem as mãos nos nossos sanitários. Acabou, se alguma vez houver falhas será por erros de gestão, não tem a ver com questões de natureza financeira. É esta obra que estamos a fazer mas que estamos todos a fazer, o município não é do Presidente da Câmara, dos Vereadores ou de nós autarcas. É de toda a gente. E assim como todos beneficiámos das coisas boas que o desvario teve, porque qualquer desvario tem coisas boas, também temos que ser todos responsáveis para pôr o desvario na devida ordem e tratarmos das coisas más que o desvariou também gerou.

Esta é a realidade que já estamos a viver. Este é o compromisso que estamos a executar em cada dia, na certeza absoluta que isto vai ser cada vez mais evidente à medida que o tempo vai passando; não venha por aí um desmando novo que estrague a construção que com todo o cuidado, com todo o rigor estamos a fazer no nosso município.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de taxa de IMI para 2016, sendo o mesmo aprovado⁰⁵⁵ por maioria, com vinte e um votos a favor (PSD14+CDS6+JPA1), dez abstenções (PS10) e cinco votos contra (BE1+PCP1+JPA3).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁵⁶

“A declaração de voto do PCP é a intervenção neste ponto, por favor”

Vogal Rita Baptista (BE):⁰⁵⁷

“A declaração do Bloco é a nossa primeira intervenção. E gostaria que fique registado que pediremos por escrito respostas às perguntas que fiz ao Senhor Presidente da Câmara sobre se nos prédios degradados foi aplicada a majoração de dez por cento e se estão identificados todos os prédios degradados pela Câmara. Obrigado”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁵⁸

“Votámos contra sob protesto. E sob protesto porque entendemos que neste ponto deveria ter três deliberações. Uma sobre a fixação da Taxa do IMI. Outra sobre a beneficiação das famílias numerosas. E outra sob a majoração da taxa para os prédios degradados.

Achamos que a votação conjunta constrange o plenário a votar determinadas deliberações que deveriam ser individuais em sentido diferente daquele que seria a sua vontade real.

E assim, nós votaríamos determinante e tenazmente contra o aumento da Taxa do IMI.

Votaríamos a favor da beneficiação das famílias numerosas. Apesar de não virem a ter benefício nenhum em relação ao que pagaram no ano passado. Porque na verdade, como aqui já foi dito, tomando por base o valor de incidência de 100.000, as famílias beneficiadas com 10% pagam mais 50 euros do que pagaram no ano passado. As famílias beneficiadas com 15% pagam este ano mais 25 euros. E as famílias que beneficiam da taxa máxima dos 20% vão pagar o mesmo que pagaram no ano passado.

Abster-nos-íamos na votação da Taxa de majoração dos prédios degradados por entendermos que esta majoração é uma sanção. E não há sanção sem culpa. E a Câmara não demonstrou minimamente aqui que os proprietários afetados com isso tenham alguma culpa na situação em que os prédios se encontram. Designadamente no cerceamento que existe no crédito e também não se sabe se as pessoas têm meios. São duplamente penalizadas por não poderem por no mercado os prédios que têm degradados e pagar ainda uma contribuição agravada. Obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Marques Pereira (PS):⁰⁵⁹

“Queria fazer uma declaração de voto brevíssima. O Partido Socialista invocou aqui vários argumentos para o seu voto de abstenção. Mas essencialmente um queríamos invoca-lo e esse no fundo também justifica a coerência desta nossa posição, que diz respeito ao nosso voto de abstenção e às razões que levaram a essa posição política, aquando da aprovação nesta câmara do Plano de Ajustamento Financeiro. Disse.”

Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de Derrama para 2016.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁶⁰ deu a palavra ao Presidente da Câmara que remeteu para a apresentação feita no ponto anterior.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶¹

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados, Exmo. Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

Ponto prévio em relação àquilo que foi dito no ponto anterior pela deputada Susana Esteves. Eu recomendava a leitura do artigo 52.º da lei do FAM.

Em relação a este ponto em concreto dizer o seguinte. A Derrama é um imposto que incide sobre as empresas. É um imposto que tal como a corrente do rio se encaminha para o mar, este se encaminha para ser colocado à taxa máxima. Nós da nossa parte achamos que esta é uma medida que não contribui para a saúde económica do município. Nós chamamos atenção para os seguintes factos: dentro do distrito de Aveiro e nomeadamente nos municípios vizinhos de Aveiro todos eles têm isenções com base em diversos motivos. Águeda, Mealhada, Ovar, com base em critérios económicos; São João da Madeira com base em determinadas características do sector de atividade das empresas; Ílhavo de acordo com o volume de negócios e com a criação de novos empregos; e no caso de Estarreja também isenções para determinados ramos de atividade.

O nosso entendimento é que a Derrama sendo colocada ao máximo vai perder competitividade na captação de investimento para o concelho de Aveiro. Não contribui para a saúde económica do município. E irá incidir num concelho como o nosso, à imagem do resto do país, que é composto por micro, pequenas e médias empresas, portanto tecido empresarial essencial e que já vive há anos e anos nestas políticas miseráveis dos governos de direita. E portanto com uma grave situação económica, à beira da falência e em nosso entender a Derrama não deveria ser colocada no máximo como já foi colocada por este executivo municipal.

En passant terminava com isto: tendo em conta os critérios com que se faz a cobrança da derrama, chamar atenção para o facto que pagará derrama aqueles que não foge ao fisco, mas isso não será culpa da autarquia. Tenho dito.”

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶²

“Senhor Presidente, este imposto incide sobre os lucros das empresas e portanto não somos desfavoráveis à Taxa proposta pelo executivo. No entanto lamentamos que estando previsto na lei uma diferenciação e uma redução para pequenas empresas com volume de negócios até 150 mil euros que essa possibilidade não venha prevista nesta proposta. Ainda mais quando são as pequenas e médias empresas as que foram mais afetadas nestes últimos quatro anos de austeridade e o facto de haver esta possibilidade diferenciadora introduziria alguma justiça social no seio das empresas.

Também dizer que o Bloco de Esquerda a nível da Assembleia da República tem-se batido por uma reforma neste imposto. Nós defendemos que deve ir mais longe. Não só devem pagar este imposto as empresas sediadas no concelho, mas aquelas que têm atividade no concelho, não apenas a sua sede. Achamos que isso contribuiria para uma maior justiça fiscal. Quem faz riqueza no concelho deve contribuir ativamente para a vida desse concelho – e vamos continuar a bater-nos por essa medida.

Frisamos, não somos contra a Taxa de Derrama no máximo. Lamentamos sim que não tenha havido essa diferenciação e redução para as empresas com volume de negócios inferior a 150 mi euros. Disse.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶³

“Mais um a vez o Senhor Presidente evoca a necessidade de ser no máximo. E mais uma vez no máximo a Taxa sem contemplanções a favor de ninguém. Sem dar um sinal de instalações no município de novas atividades como seria próprio e a lei o permite. Mas pronto é assim. Temos de nos sujeitar a esta situação.

Outrora a Derrama tinha uma consignação, hoje não tem. E com ela o Senhor Presidente pode fazer face aos seus compromissos. Pode o Senhor Presidente ufanar-se que vai tendo as contas em dia. Era bom que quando disser isso, enquanto reforçou já o montante da dívida e quais foram os impostos que contribuíram para esse feito, não é ou se isso se deve a algum rigor de gestão.

A Derrama no máximo, lamentamos que seja assim. E achamos que a Câmara deveria dar um sinal para que o investimento se fizesse no concelho de Aveiro. Muito o brigado Senhor Presidente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁴

“Duas notas muito simples. A primeira para deixar claro que o Filipe Guerra escolheu alguns dos melhores municípios do país em termos de gestão e de solidez financeira. Estarreja está bem mas não tanto. Águeda, Ovar, São João da Madeira e Ílhavo pertencem ao grupo dos melhores municípios em termos de gestão e solidez financeira. Não vale a pena nós trazermos comparações com um dos piores municípios do país com uma situação financeira super desequilibrada como a nossa. Portanto, não vale a pena. Esses municípios têm um espaço de manobra, na sua receita, que nós não temos.

Segundo. Dr. Jorge Nascimento, o acto mais interessante para nós tratarmos esta matéria é falarmos com as pessoas. De facto, a derrama não é um problema para nenhum dos poucos empresários que pagam a derrama. Não é de todo, na sua estrutura de custos. Não é mesmo. A derrama é um custo para quem paga, com certeza, mas não tem qualquer relevância na gestão de custos. Esta é a verdade objectiva. Mais uma vez exorto, falem com as pessoas, perguntem às pessoas. Nós temos captado alguns investimentos, muitos deles já se veem, estamos a captar outros. Nunca, mas nunca, em nenhuma conversa a questão da derrama foi problema. Já conhecem alguns, nas próximas semanas vão ser anunciados mais três, mas nem houve conversas sobre essa matéria, porque, de facto, na estrutura de custos do investimento a presença da derrama é nos primeiros anos inexistente e quando aparece, oxalá que apareça o mais cedo possível, tem uma presença muito curta. Nós estamos a falar, na nossa receita, de cerca de dois milhões de euros, este ano poderá ser ligeiramente maior, algo maior mas não sabemos quanto porque temos esta maldade de todos os governos que continuam a não partilharem a informação de quem paga a derrama de forma objectiva e listada; nós não sabemos, os municípios portugueses não têm acesso a essa informação.

Já agora uma coisa, misturando com o IMI de há bocado, que me esqueci de referir, uma outra nota positiva. O crescimento do IMI tem sido uma ajuda muito interessante para as nossas juntas de freguesia porque têm uma receita a crescer, só têm uma mas têm uma receita a crescer, porque um por cento do IMI urbano passou a ser das juntas em dois mil e catorze por força da tal lei que foi publicado no dia três de setembro. Portanto há coisas positivas e isso também permite às nossas juntas, além de ajudar a gerir a desgraça que têm por força das dívidas que a Câmara tem para com elas, permite-lhes fazer trabalho.

Os impostos têm coisas boas mas no caso da derrama há uma presença pouco relevante na estrutura de custos das empresas que a pagam.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de Derrama para 2016, sendo o mesmo aprovado⁰⁶⁵ por maioria, com vinte e um votos a favor (PSD14+CDS6+JPA1), catorze abstenções (PS10+BE1+JPA3) e um voto contra (PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁶⁶

“Fazer declaração de voto a primeira intervenção do PCP neste ponto.”

Vogal Rita Baptista (BE):⁰⁶⁷

“A declaração de voto do Bloco de Esquerda é a intervenção neste ponto.”

Vogal Jorge Nascimento (PS):⁰⁶⁸

(O vogal não ligou o microfone e como tal não está audível a sua intervenção.)

Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS 2016.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁶⁹ deu a palavra ao Presidente da Câmara que remeteu para a apresentação feita no ponto anterior.

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷⁰

“Senhor Presidente, este executivo quer obter a Taxa máxima de IRS permitido por lei de 5% o que penaliza e muito quem vive em Aveiro. Novamente é uma escolha política que começa no Governo PSD/CDS com as exigências do PAM e com a suborçamentação do Orçamento de Estado depois o resultado é este. O Governo PSD/CDS aumenta drasticamente o IRS agravado pela sobretaxa, o executivo PSD/CDS em Aveiro, penaliza os aveirenses com estes 5%. O esbulho fiscal no seu pleno! É a escolha política do PSD/CDS e é a solução que defendem. Começa no Governo e confirma na autarquia. Á imagem do país é necessário uma alternativa.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷¹

“Senhor Presidente mais uma vez são os municípios de Aveiro penalizados. Não sei de quanto abrem mão os municípios vizinhos, mas não se percebe muito bem esta diferenciação. Isto deveria ter remedeio a nível nacional. Não faz sentido que em Lisboa o município abra mão de 2,5% e Mealhada não quer nada, nós em Aveiro em determinada altura também não quis percentagem nenhuma. Agora eu sei que o Senhor Presidente vai dizer que é obrigado também pelo PAM a recolher isso. E pronto, é mais um lamento que nós deixamos. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷²

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados, Exmo. Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

Em relação a esta proposta de IRS para 2016 dizer o seguinte. É um imposto que vai incidir sobre os trabalhadores, vai onerar a vida ainda mais de quem trabalha e vive neste país. Cumpre chamar a atenção para a realidade de que há 62 municípios que prescindem globalmente desta receita. Vários deles aqui na região de Aveiro, nomeadamente Albergaria, Mealhada, Ovar, Vale de Cambra. Dirá o Senhor Presidente de Câmara que terão outra saúde financeira que o município de Aveiro não tem. Pronto está bem, mas não deixa de ser um facto que mais uma vez aqui somos penalizados. O município penaliza os seus cidadãos os seus trabalhadores portanto quem aqui trabalha e faz a sua vida.

Cumpre chamar atenção que este valor que a Câmara de Aveiro arrecada é um valor que tem alguma dimensão. Basta fazer as contas e ver que numa coleta de dois mil euros 5% irá representar mais 100 euros.

Portanto não é um valor tão curto quanto se julga nos momentos em que o país vive. E cumpre chamar a atenção para o encaminhamento histórico porque o IRS em Aveiro nunca esteve na taxa máxima. Já esteve a 4%, em 2014, esteve nos 4,3% e foi já no seu mandato que o IRS foi colocado ao máximo.

E portanto, nós na perspectiva do PCP mais uma vez também não somos favoráveis a isto, como já não fomos favoráveis no passado. Tenho dito.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷³

“Só uma nota para lembrar que o valor que os municípios podem participar é de cinco por cento, o que quer dizer que o outro valor é de noventa e cinco por cento. O problema da carga fiscal dos portugueses no que ao IRS respeita não tem nada a ver com os cinco por cento da participação de que os municípios podem abrir mão, tem a ver, obviamente, com os outros noventa e cinco por cento.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁷⁴

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁷⁵

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS 2016, sendo o mesmo aprovado⁰⁷⁶ por maioria, com vinte e um votos a favor (PSD14+CDS6+JPA1), dez abstenções (PS10) e cinco voto contra (BE1+PCP1+JPA3).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁷⁷

“A declaração de voto é a minha primeira intervenção.”

Vogal Rita Baptista (BE):⁰⁷⁸

“A declaração do Bloco de Esquerda é a minha primeira intervenção.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁷⁹

(O vogal não ligou o microfone e como tal não está audível a sua intervenção.)

Ponto 5 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2016.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁸⁰ deu a palavra ao Presidente da Câmara que remeteu para a apresentação feita no ponto anterior.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸¹

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados, Exmo. Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes. A propósito da Taxa de Direitos de Passagem, é uma Taxa sobre a utilização do solo e subsolo para a passagem de infraestruturas necessária à instalação de comunicações eletrónicas.

A propósito desta Taxa cumpre dizer o seguinte. Esta Taxa inicialmente deveria ser cobrada a quem aparentemente a deve pagar que são as empresas. O problema foi que com o passar do anos os operadores ao invés de serem eles a pagar esta taxa fizeram o número artístico de passar esta taxa o consumidor final. Nesse sentido o PCP vem de algum tempo a esta parte a inverter o seu sentido de voto a propósito desta taxa. Se por um lado ela deveria ser aplicada e eventualmente até agravada em conformidade com os lucros dessas empresas a verdade é que deixou de fazer sentido a aplicação de uma taxa forte na medida em que não são essas empresas que pagam a taxa mas sim o consumidor final. Nesse sentido o PCP considera que aplicar esta taxa ao máximo é mais uma vez onerar a vida no município e nomeadamente sobre os consumidores aveirenses. Tenho dito.”

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸²

“Senhor Presidente, a proposta do executivo é de que a Taxa fique no máximo. Refere o executivo que esta Taxa não é cobrada por todos os operadores de telecomunicações! Então fica a pergunta: então essas empresas não cobram aos seus clientes? Ou cobrando não entregam o valor devido à Câmara. E que empresas é que não pagam esta Taxa? Há um ano já se verificava esta situação, eu mesma pus esta pergunta nesta Assembleia, não recebi resposta. Por isso ao fim de um ano gostaria de saber o que é que a Câmara fez para se alterar esta situação. Em todo caso o Bloco de Esquerda é contra esta Taxa tal como existe. A Taxa é sobre uma atividade de empresas de comunicação e não faz sentido nenhum que esse custo seja passado aos clientes das empresas. Recusamos este passa factura uma vez que quem tem essa atividade é que tem de arcar com os custos. É ainda mais grave se essa passa factura aos clientes se retém verba que por lei é da Câmara.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸³

“Nós estamos perfeitamente de acordo com que esta Taxa seja aplicada. Agora, deveria haver um esforço junto das empresas para que o impacto não surja assim um débito de taxa de passagem nos munícipes. Isto é uma componente do custo do prestador que naturalmente o consumidor o considerará ou não, mas que deve ser suportado por ela. É assim um pouco escandaloso que sejam os servidos pelos operadores que tenham de pagar essa taxa sendo assim um débito direto.

Agora que o município deve cobrar acho que sim. Põem ao serviço dos operadores o seu território para a passagem dos cabos e esta utilização deve pagar de inteira justiça. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸⁴

“Só para dar nota de que esta é uma pequena receita que para nós é importante e estamos de acordo com o PCP e o Bloco de Esquerda de que é preciso alterar o quadro legal desta taxa. Estamos a trabalhar nisso já há vários anos no quadro da ANMP, ainda não conseguimos convencer os governos porque o poder destas empresas é muito forte mas a luta continua e pode ser que um dia a luta dê resultado porque a intenção desta taxa sempre foi a de ser paga pelos operadores e não aquilo que aparece na factura que é aquele valor, sendo pequenino, aparece lá a deixar claro que aquela taxa existe porque a câmara decidiu tê-la. A manutenção deste valor, que nos últimos dez anos teve uma média de vinte e um mil euros por ano, embora este ano estamos já com vinte e oito mil de receita recebida, tem também essa importância política de existindo podermos ter razão, ou de ter mais razão, para podermos exigir essa alteração. Embora, como diria o Dr. Jorge Nascimento, seguramente que alguém dirá depois que no pagamento dos serviços das empresas lá estará na estrutura de custos esse valor, apenas não virá explicitado na factura. O que contestámos na ANMP foi exatamente isso porque na estrutura de custos sempre estaria. A questão é não estar explicitado porque a ideia não foi lançá-la para os consumidores, foi lançá-la para os operadores, mas o peso dos operadores falou mais alto. E não temos, Rita, acesso a toda a informação e aquela que temos nem sequer é por via oficial.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 5 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2016, sendo o mesmo aprovado⁰⁸⁵ por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD14+CDS6+JPA4), dez abstenções (PS10) e dois votos contra (BE1+PCP1).

Seguiu-se a declaração de voto da vogal:

Vogal Rita Baptista (BE):⁰⁸⁶

“O Bloco de Esquerda vota contra a taxa não com que ela representa, mas porque sendo subvertido a existência dessa taxa e passando para a factura dos clientes e não sendo a empresa a arcar com o custo, somos contra. Ainda mais quando sabemos que ela é cobrada e com um processo pouco transparente se percebe que muitas empresas retêm essa verba e nem há maneira de saber quem é que retém e quanto é que retém e o que isso representa para a menos dinheiro para o município.”

(Saiu da Sala o Presidente de Junta de São Jacinto António Ildebrando Nunes Costeira.)

Ponto 6 - Apreciação e votação da Transmissão para o Município de Aveiro, a título gratuito, de várias parcelas de terreno a integrar no domínio público municipal, na Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e Freguesia de Eixo e Eirol (Via de acesso à UTMB).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁸⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸⁸

“De forma muito simples. Este ponto é um ponto de burocracia, temos que receber os terrenos onde está construída a estrada que estamos para receber que é a nova via de acesso da variante da EN 235 à Unidade de Tratamento Mecânico Biológico de Eirol. Portanto é o acto formal de recebermos aquilo que temos que receber, como é óbvio.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸⁹

“Senhor Presidente, porque falamos da Unidade de Tratamento é importante que se diga que o Bloco de Esquerda não vai desistir da reversão da privatização da IGF e que as últimas denúncias da Quercus são preocupantes. No que diz respeito à quantidade de resíduos que não estão a ser tratados no aterro. Apresentam números que apontam para o dobro que está a ser colocado em aterro, com prejuízos para a saúde pública, cheiros nas populações circundantes. Era importante que o Senhor Presidente tivesse uma palavra a dizer sobre isso. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁹⁰

“Só uma nota. Lá está aqui mais um auto de fé no eventual XXI Governo, com a esquerda e a extrema-esquerda. Eu vou esperar para ver, com o mesmo raciocínio de há bocado, como é que se faz a reversão de uma operação deste género. Primeiro, como e a seguir o quanto custa se o como tiver resposta.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 6 - Apreciação e votação da Transmissão para o Município de Aveiro, a título gratuito, de várias parcelas de terreno a integrar no domínio público municipal, na Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e Freguesia de Eixo e Eirol (Via de acesso à UTMB), sendo o mesmo aprovado⁰⁹¹ por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD14+CDS6+PS9+BE1+JPA4), uma abstenção (PCP1) e zero votos contra.

Seguiu-se a declaração de voto da vogal:

Vogal Rita Baptista (BE):⁰⁹²

“Só para dizer que o Bloco de Esquerda vota a favor todas as medidas que servirem para aumentar o património municipal. Parecem-nos medidas positivas e portanto o nosso voto a favor é nesse sentido.”

Ponto 7 - Apreciação e votação da proposta de Alteração da titularidade do contrato n.º 1330069, de 22/12/2003, no âmbito da liquidação por transmissão global de ativo e passivo e extinção da empresa Teatro Aveirense, Lda – em liquidação.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁹³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁹⁴

“Este é mais um dos actos que temos de praticar para que a empresa TA, Lda termine a sua existência formal. É um acto burocrático da maior simplicidade.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹⁵

“Senhor Presidente, isto é um ato burocrático mas simboliza o fim do processo de mais uma extinção de uma empresa municipal. O Bloco de Esquerda sempre se mostrou contra as empresas municipais, sempre as consideramos lesivas para o erário público. Implicaram duplicação de administrações, diretores, salários, enfim, custos que eram dispensáveis no município. Convém também, uma que se põe fim a um processo de empresa municipal, discutir um pouco da política cultural. Já aqui noutras sessões o Senhor Presidente sempre em que se fala em política cultural aponta para uma calendarização de eventos, o Bloco gostaria de reforçar que uma política cultural vai muito mais além disso. Há que promover a promoção artística da cidade, da região. E promover dentro da comunidade a criação de públicos mas também a criação vinda da própria comunidade.”

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹⁶

“Então vamos aqui falar um bocadinho do Teatro Aveirense. O Teatro já está em processo de liquidação há algum tempo, vai ser agora finalmente concretizado. Mas porque falamos deste processo de liquidação e de extinção do Teatro, cumpre também eu colocar agora de novo mais umas questões que no início do processo eu tinha já colocado ao Senhor Presidente da Câmara. Nomeadamente se no processo de internalização daquele quadro de técnicos se iria realmente respeitar a sua inclusão no quadro de profissionais municipais e se na nova reestruturação do quadro de pessoal tinham sido consideradas as suas carreiras e as suas posições remuneratórias. Era algo que eu na altura referia porque estando a ser feita a revisão da estrutura de recursos humanos era crucial que se colocassem as devidas nomenclaturas das suas profissões tão específicas, nomeadamente técnicos de palco, de luminotecnia, técnicos de cena, produção, frente casa. Enfim, havia um leque de especializações que não constava do quadro de recursos humanos da autarquia. E só assim é que eles poderiam ser concorrentes ou oponentes também daqueles lugares caso se abrisse concurso.

Eu gostava de saber Senhor Presidente se esse princípio e esses diretos que lhes davam os contratos que eles tinham no Teatro Aveirense lhe foi realmente dado seguimento e se esta internalização está a seguir realmente estes princípios que na altura eu tinha aqui colocado e o Senhor Presidente tinham também concordado. Muito o obrigado. “

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁹⁷

“Só vos vou dar umas dicas, poucas, porque as questões que colocaram não têm nada a ver com isto. Esta não é a TEMA, esta é a TA, Lda. Portanto, Rita, esta empresa não é municipal de nascença, é municipal à morte, porque ela era, de facto, uma empresa normal, uma sociedade de capitais limitados, que tinha capital privado que a Câmara foi adquirindo e acaba municipal por extrapolação pela condição de que o capital há algum tempo passou a

ser cem por cento de titularidade municipal. Esta não pertence ao grupo daquelas que a gente debate muito porque não nasceu municipal, morre municipal e é uma morte tranquila porque ela já só era dona titular do imóvel e de uma dívida que lá estava calcinada; entretanto foi internalizada no quadro do FAM para resolvermos o problema. Portanto, não tem nada a ver com mais coisíssima nenhuma.

A nossa política cultural vai bem, recomenda-se e é bom que as pessoas a vivam por dentro. Visitem a Bienal, participem nos eventos, porque vivendo por dentro vão percebê-la, andando só ao longe não percebem, de pois, nada disto.

Maria da Luz Nolasco. Eu tenho sempre agora alguma renitência, peço desculpa por haver algumas limitações, mas eu acho que uma funcionária da Câmara não tem o direito de ouvir respostas a certas perguntas sobre outros colegas funcionários da Câmara. Por motivos que a mim me parecem óbvios naquilo que é a ética da relação entre funcionários da mesma instituição não vou poder responder-lhe. No entanto, em relação às questões da globalidade a Câmara está a fazer as coisas bem, cumprindo o direito, a lei e a ordem, e a capacidade de gerir bem o Teatro Aveirense.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 7 - Apreciação e votação da proposta de Alteração da titularidade do contrato n.º 1330069, de 22/12/2003, no âmbito da liquidação por transmissão global de ativo e passivo e extinção da empresa Teatro Aveirense, Lda. – em liquidação, sendo o mesmo aprovado⁰⁹⁸ por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD14+CDS6+PS9+JPA4), duas abstenções (BE1+PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando pedidos de intervenção.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁹⁹ a Sessão Extraordinária Novembro.

Eram 01:00 horas do dia 14 de Novembro de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)